Informações Financeiras Intermediárias Condensadas (Individuais e Consolidadas)

Porto Sudeste do Brasil S.A.

30 de setembro de 2026
com Relatório do Auditor Independente sobre a Revisão de Informações Trimestrais

Relatório da Administração

1. Mensagem da Administração

A Administração da Porto Sudeste do Brasil S.A. (“Porto Sudeste” ou “Companhia”), em conformidade com a Legislação societária vigente submete à apreciação de V.Sas. as Informações financeiras intermediárias condensadas, individuais e consolidadas acompanhadas das respectivas notas explicativas e relatório dos auditores independentes, relativas ao trimestre findo em 30 de Setembro de 2026. Permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos. Ao término do terceiro trimestre de 2026, a Diretoria registra seu agradecimento aos fornecedores, empregados e demais colaboradores pela dedicação e pelo empenho demonstrado no período.

2. Relacionamento com auditores independentes

Em atendimento à Instrução CVM nº 162/2022, informamos que a Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda. (“EY”) presta serviços de auditoria externa relacionados à revisão das Informações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas da Companhia.

Na contratação de serviços não relacionados à auditoria independente, a Companhia adota procedimentos que se fundamentam na legislação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência e objetividade do auditor. Esses princípios consistem em: (i) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; e (ii) o auditor não deve atuar, gerencialmente, perante seu cliente nem tampouco promover os interesses desse cliente.

A EY declarou à Companhia que não existe qualquer vínculo ou situação de fato que configure conflito de interesses, inviabilizando o exercício da sua atividade de forma independente.

3. Explicações da Administração com relação aos títulos de remuneração variável

Visão Geral sobre os Títulos Perpétuos de Remuneração Variável

Em fevereiro de 2014, IWL Holdings (Luxembourg) S.A.R.L. (“Trafigura”) e a EAV Delaware LLC (“Mubadala”), por meio do PSA Fundo de Investimento e Participações, adquiriram o controle da Porto Sudeste, até então exercido pela MMX Mineração e Metálicos S.A. (“MMX”).

O contrato de investimento que regulou a aquisição do controle da Porto Sudeste pela Trafigura e pela Mubadala previa, entre outros, que a Companhia assumiria, direta ou indiretamente, obrigações relativas aos títulos de remuneração variável baseados em royalties de emissão da MMX, negociados na B3 S.A. - BRASIL. BOLSA. BALCÃO (“B3”) sob o ticker MMXM11 (“Títulos MMXM11”). Nesse contexto, a Porto Sudeste emitiu, em 26 de fevereiro de 2014, Títulos Perpétuos de Remuneração Variável (“TPRV”), em termos similares aos Títulos MMXM11 (“PORT11”), os quais foram integralmente subscritos na mesma data pela MMX. O contrato de investimento também previa a obrigação da MMX de realizar uma oferta de permuta, direcionada a todos os titulares dos Títulos MMXM11, por meio da qual a MMX adquiriria os Títulos MMXM11, e entregaria em contrapartida os Títulos PORT11, ou um outro valor mobiliário lastreado nos Títulos MMXM11 (“Oferta de Permuta”). Para implementação de tal Oferta de Permuta, foram utilizados dois veículos diferentes, de forma a atingir a totalidade dos detentores dos Títulos MMXM11:

(i) *Porto Sudeste Royalties FIP-IE ("PSR"):* um fundo de investimento em participações em infraestrutura, o qual, na ocasião da oferta, detinha em sua carteira, exclusivamente, Títulos PORT11 - sendo que cada Título PORT11 detido pelo PSR correspondia a uma quota. As quotas do PSR foram ofertadas para os titulares de Títulos MMXM11 que se enquadravam como investidores qualificados, nos termos da regulamentação da CVM, e que não tinham restrições para deter quotas do PSR;

(ii) *Porto Sudeste VM S.A. ("Porto VM"):* uma sociedade por ações com registro na CVM sob a categoria 'b' que emitiu um novo título de remuneração variável baseada em royalties, espelho do Título MMXM11 (os "Títulos PSVM11"), sendo tal título listado para negociação na B3 (ao contrário dos Títulos PORT11, que não são admitidos para negociação na bolsa). No âmbito da referida Oferta de Permuta, os Títulos PSVM11 foram ofertados para os detentores dos Títulos MMXM11 que (i) não se enquadrassem como investidores qualificados, ou (ii) tivessem restrições regulamentares para deter quotas de um FIP-IE - como é o caso de alguns fundos de investimento.

Como forma de endereçar a situação dos titulares de MMXM11 que eventualmente não aderissem à Oferta de Permuta, a MMX se manteve titular de Títulos PORT11 na mesma quantidade de Títulos MMXM11 não permutados.

Através da conclusão da Oferta de Permuta, a Porto Sudeste passou a possuir obrigação de pagamento aos veículos acima e à MMX, que por sua vez passaram a possuir obrigação de pagamento aos detentores das cotas/títulos permutados.

Em cumprimento ao Alvará de Autorização expedido nos autos do processo judicial nº 0405866-57.2016.8.19.0001 em trâmite na 4ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, a Porto Sudeste registrou no dia 25 de junho de 2026 a transferência de 9.519.226 títulos PORT11 emitidos pela Companhia e de titularidade da MMX para o Planck Fundo de Investimento em Participações Infraestrutura Responsabilidade Limitada. Em 14 de setembro de 2026, a Planck FIP procedeu à transferência dos 9.519.226 (nove milhões, quinhentos e dezenove mil, duzentos e vinte e seis) títulos PORT11 de sua titularidade para a PortoSudeste Royalties Fundo de Investimentos e Participações em Infraestrutura Responsabilidade Limitada (PSR FIP), deixando o Planck FIP de ser detentor de títulos PORT11.

Desta forma, dos 983.407.010 Títulos PORT11 emitidos, 99,57% são detidos pelo PSR FIP e 0,43% detidos pela Porto Sudeste V.M.

Para mais informações, a escritura de emissão dos Títulos PORT11 está disponível no website da Porto Sudeste do Brasil.

<u>Cálculo dos Royalties</u>

R = [(TMMF x VpTMF) + (TMOC x VpTDC)]*FP

Em que:
R = *royalties* devidos em relação a cada trimestre do exercício social
TMMF = Tonelagem Medida de Minério de Ferro embarcada no Porto no respectivo trimestre
TMOC = Tonelagem Medida de Outras Cargas embarcadas no Porto no respectivo trimestre
VpTMF = Valor por Tonelada para Minério de Ferro
VpTDC = Valor por Tonelada para Demais Cargas
FP = Fator Proporcional

Para cargas de minério de ferro: os *Royalties* relativos às cargas de minério de ferro embarcadas no Porto em um determinado trimestre serão calculados considerando o valor de US$5,00 por tonelada de minério de ferro ("Valor por Tonelada para Minério de Ferro"). Este valor será corrigido anualmente de acordo com a variação do US PPI calculado desde setembro de 2010.

Para as demais cargas: os *Royalties* relativos às demais cargas que não sejam minérios de ferro (excluindo cargas não secas, tais como atividades de abastecimento) embarcadas no Terminal Portuário ("valor por tonelada para demais cargas") serão calculados com base na margem da carga. A "Margem da carga" (a) significa a diferença entre o custo médio por tonelada (excluindo todos os itens não caixa) incorrido em relação aos serviços prestados pela Porto Sudeste relacionados a carga aplicável e o valor médio por tonelada efetivamente cobrado pela Porto Sudeste pelos serviços prestados em relação a tal carga; e (b) deve ser limitado, em qualquer circunstância, a US$5,00 por tonelada embarcada. O valor limite ajustado de US$5,00 por tonelada para a margem da carga deve ser corrigido anualmente de acordo com a variação do US PPI calculado desde setembro de 2010.

Durante os exercícios de 2013 a 2016, o compromisso de Royalties do Porto Sudeste, relativos ao minério de ferro, foi o mínimo entre o volume embarcado em cada período e o volume de *take-or-pay* indicados na tabela abaixo:

Milhões de Toneladas - Take or Pay	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**
TMMF	13,6	31,9	36,8	36,8

A partir de 2017, o volume de minério de ferro considerado no cálculo dos *Royalties* (TMMF, conforme fórmula acima) deixou de estar sujeito ao mecanismo de *take-or-pay*, e passou a corresponder exclusivamente ao volume efetivamente embarcado. A tabela a seguir apresenta a tonelagem movimentada pelo Porto Sudeste desde o início das operações em 2016, após o comissionamento realizado em 2015:

Milhões de Toneladas – Embarcadas	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**	**2026 YTD**
TMMF	7,1	9,5	10,7	16,4	18,7	17,8	17,4	26,1	21,9	27,8	19,6
TMOC	-	-	-	-	-	-	0,1	-	-	-	-
Total	**7,1**	**9,5**	**10,7**	**16,4**	**18,7**	**17,8**	**17,5**	**26,1**	**21,9**	**27,8**	**19,6**

Como o volume embarcado de minério de ferro em 2016 foi menor do que o volume de *take-or-pay*, o compromisso de *royalties* está baseado neste segundo parâmetro.

No terceiro trimestre de 2026, a Porto Sudeste embarcou 5.927 mil toneladas de minério de ferro (TMMF) e não realizou embarques de outras cargas (TMOC). Aplicando-se o valor atualizado por tonelada de US$ 6,68 (VpTMF e VpTDC), foram apurados royalties de US$ 39.589 mil no período. O volume acumulado de minério de ferro embarcado no ano totalizou 19.573 mil toneladas. Desde o início da mensuração até o encerramento deste trimestre, o montante acumulado de royalties alcançou US$ 1.770.339 mil, o que corresponde a R$ 9.171.949 mil após conversão para Reais. Entre o primeiro trimestre de 2025 e o encerramento deste trimestre, foram efetuados pagamentos aos detentores dos títulos PORT11 no montante de US$ 17.150 mil, equivalentes a R$ 92.960 mil. Embora os indicadores financeiros tenham permitido reduzir de 100% para 50% o percentual do caixa disponível destinado à amortização da dívida sênior por meio do *Cash Sweep*, não houve distribuição aos detentores dos títulos PORT11 no trimestre. A disponibilidade de caixa foi integralmente utilizada no cumprimento de obrigações mandatórias com prioridade contratual superior.

A Porto Sudeste V.M., subsidiária integral da Porto Sudeste, tem US$ 7.594 mil que convertidos em reais totalizou R$ 39.344 mil de royalties acumulados a receber, referente a quantidade de Títulos PORT11 que detém de 4.188.602 (proporção de 0,43% do total).

PORT11 sobre volumes embarcados / ToP	**Saldo Inicial**	**1° Tri 2026**	**2° Tri 2026**	**3° Tri 2026**	**4° Tri 2026**	**Balanço YTD**	**Saldo Final**
Volume (TMMF)	285.303.854	5.757.145	7.888.966	5.926.534	-	19.572.645	304.876.499
Volume (TMOC)	106.060	-	-	-	-	-	106.060
Preço por tonelada (US$)	5,00	5,00	5,00	5,00	-	5,00	5,00
PPI Acumulado (US$)	0,80	1,68	1,68	1,68	-	1,68	0,86
Preço ajustado por TON ($)	5,80	6,68	6,68	6,68	-	6,68	5,86
Saldo Acumulado (USD '000)	**1.656.744**	**38.458**	52.698	39.589	-	**130.745**	**1.787.489**
PORT11 Pagamentos (USD '000)	(12.490)	(3.365)	(1.295)	-	-	(4.660)	(17.150)
PORT11 Saldo a Pagar (USD '000)	**1.644.254**	**35.093**	51.403	39.589	-	**126.085**	**1.770.339**

Porto Sudeste V.M.	**Saldo Inicial**	**1° Tri 2026**	**2° Tri 2026**	**3° Tri 2026**	**4° Tri 2026**	**Balanço YTD**	**Saldo Final**
PORT11 detidos *em proporção a todos os PORT11*	*0,43%*	*0,43%*	*0,43%*	*0,43%*	-	*0,43%*	*0,43%*
Saldo Acumulado (USD '000)	**7.111**	**164**	**224**	**169**	-	**557**	**7.668**
Pago p/ detentores PSVM11 (USD '000)	**(54)**	**(14)**	**(6)**	-	-	**(20)**	**(74)**
Saldo a Pagar (USD '000)	**7.057**	**150**	**218**	**169**	-	**537**	**7.594**

Pagamento dos *Royalties*

O pagamento de Royalties em cada trimestre será realizado em até 60 dias a contar do fim de cada trimestre civil e está condicionado à existência de caixa disponível para pagamento dos *Royalties*, apurado após o desconto de tributos aplicáveis, custo caixa das operações, despesas operacionais, despesas de capital para manutenção, valores oriundos da reversão de determinadas provisões de caixa, bem como respeitada a preferência de determinados credores da Porto Sudeste, tudo nos termos da cláusula 5.2 da escritura de emissão dos Títulos PORT11 (“Caixa Disponível para Royalties”).

Os *Royalties* serão cumulativos, ou seja, no caso de em um determinado trimestre o Caixa Disponível para *Royalties* apurado pela Porto Sudeste não ser suficiente para permitir o pagamento, total ou parcial, dos *Royalties* até então determinados, tais *royalties* não pagos deverão ser adicionados ao montante dos *Royalties* do próximo trimestre. Os *Royalties* apenas devem ser considerados devidos e pagáveis quando a Porto Sudeste tiver apurado Caixa Disponível para *Royalties* suficiente para tanto.

Se, em um determinado trimestre civil, mediante o pagamento dos então correntes *Royalties*, o caixa livre detido pela Porto Sudeste for superior a US$10 milhões (“Reserva Mínima de Caixa”), a emissora deverá usar os valores que excederem a Reserva Mínima de Caixa (“Caixa Livre Disponível”) para pagar aos detentores dos títulos os *Royalties* efetivamente acumulados e não pagos até tal momento (“*Royalties* Acumulados”).

Não há qualquer obrigação da Porto Sudeste de pagar *Royalties*, exceto se houver Caixa Livre detido pela emissora no último dia de tal trimestre civil e até o limite de tal caixa disponível. “Caixa Livre” significa o valor correspondente aos valores disponíveis em caixa da Porto Sudeste menos a soma de (a) valores contribuídos pelos acionistas da Porto Sudeste por meio de aumento de capital ou empréstimo dos acionistas, na medida em que tais valores permaneçam como caixa disponível da Porto Sudeste, (b) conta reserva do serviço da dívida sênior do BNDES, e (c) os valores de caixa provisionados pela Porto Sudeste em conjunto para IRPJ -

Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e demais obrigações para as quais os auditores independentes da Porto Sudeste exijam provisionamento.

Em 30 de setembro de 2026, a Porto Sudeste realizou os cálculos financeiros e identificou que não houve geração de caixa suficiente para pagamento dos *Royalties* aos detentores dos Títulos PORT11.

Caixa Disponível para Pagamento de Royalties BRL '000	1° Trimestre 2026	2° Trimestre 2026	3° Trimestre 2026	4° Trimestre 2026
Recebimentos	358.837	408.656	330.818	-
Despesas	(267.846)	(296.235)	(253.474)	-
Serviço da Dívida: Obrigatório	(82.801)	(97.277)	(81.768)	-
Serviço da Dívida: *Cash Sweep*	(6.924)	-	-	-
(Constituição)/Resgate de Conta Reserva da Dívida (*)	5.492	(15.144)	4.424	-
Caixa Disponível para Royalties	6.758	-	-	-

(*) Montante constituído como garantia aos credores seniores e bloqueado para movimentação. Ao final do trimestre, o saldo totalizava R$ 124.509 mil. Esses recursos são aplicados em instituições financeiras de primeira linha e remunerados, substancialmente, a 100,5% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). No mesmo período, a remuneração acumulada totalizou R$ 34.192 mil.

O eventual saldo de caixa da Porto Sudeste, na visão da Controladora, apresentado no balanço patrimonial refere-se a recursos que devem ser mantidos em contas específicas para o cumprimento de obrigações operacionais, como a garantia para compra de energia e os depósitos judiciais de PIS e COFINS. Esses recursos não integram o fluxo disponível para distribuição aos credores.

Contabilização do PORT11

A Porto Sudeste contabiliza os Títulos PORT11 no passivo, com base no valor presente do fluxo de caixa projetado do pagamento dos *Royalties*. Ou seja, o valor apresentado no balanço patrimonial é diferente do montante de *royalties* acumulados até este trimestre. A Porto Sudeste V.M., por sua vez, contabiliza seu direito de receber os *royalties* no ativo, correspondendo à sua parcela sobre o valor dos títulos PORT11, e o respectivo pagamento aos detentores do PSVM11 no passivo.

A mensuração desses títulos PORT11 é efetuada de acordo com o IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, com base no fluxo de caixa projetado dos desembolsos futuros relativos a estes títulos, descontando a taxa de 11,57% ao ano. Essas projeções baseiam-se no plano de negócios da Porto Sudeste, que inclui premissas relacionadas ao crescimento das exportações de minério de ferro do quadrilátero de Minas Gerais, participação de mercado da Porto Sudeste, volumes de minério originados por minas pertencentes aos seus acionistas, operações com outros granéis sólidos e líquidos, expectativas de preços da *commodity*, entre outros.

Rio de Janeiro, 09 de novembro de 2026.

A Administração.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Informações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas

30 de setembro de 2026

Índice

Relatório de revisão dos auditores independentes 1

Informações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas

Balanços patrimoniais 3
Demonstrações condensadas dos resultados 5
Demonstrações condensadas dos resultados abrangentes 6
Demonstrações condensadas das mutações do patrimônio líquido 7
Demonstrações condensadas dos fluxos de caixa 8
Notas explicativas às informações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas 9

Shape the future
with confidence

Centro Empresarial PB 370
Praia de Botafogo, 370
8º ao 10º andar - Botafogo
22250-040 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3263-7000
ey.com.br

Relatório de revisão dos auditores independentes

Aos Diretores e aos Acionistas da
Porto Sudeste do Brasil S.A.
Itaguaí/RJ

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial, individual e consolidado, da Porto Sudeste do Brasil S.A. (Companhia), em 30 de setembro de 2026, e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A diretoria é responsável pela elaboração e apresentação adequada dessas informações intermediárias individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações intermediárias, individuais e consolidadas, acima referidas não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia, em 30 de setembro de 2026, o desempenho de suas operações para os períodos de três e nove meses findos naquela data e os seus fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Uma empresa-membro da Ernst & Young Global Limited

Shape the future
with confidence

Ênfase – Recuperabilidade de saldo de contas a receber com partes relacionadas

Chamamos a atenção para a nota explicativa 17 às informações intermediárias individuais e consolidadas, a qual descreve que a realização do saldo a receber da Mineração Morro do Ipê ("MMI") está condicionada ao desempenho operacional futuro, à capacidade de geração de fluxos de caixa e à execução do plano de negócios da MMI. Esse plano prevê aportes de recursos pelos acionistas controladores, necessários para viabilizar os investimentos operacionais para conclusão da fase de ramp-up do projeto Tico-Tico. Conforme mencionado na referida nota, ambas as entidades possuem os mesmos acionistas controladores, que têm demonstrado compromisso com a continuidade operacional e com a execução do plano de negócios aprovado. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Rio de Janeiro, 09 de novembro de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC SP-015199/F

Glaucio Dutra da Silva
Contador CRC RJ-090174/O

Uma empresa-membro da Ernst & Young Global Limited

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Balanços patrimoniais
30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**30/09/2026**	**31/12/2025**	**30/09/2026**	**31/12/2025**
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	**306**	19.540	**10.967**	225.355
Contas a receber de clientes	5	**30.725**	78.882	**30.725**	78.882
Contas a receber com partes relacionadas	17	**12.013**	-	**210.354**	370.537
Adiantamentos com partes relacionadas	17	**-**	-	**193.037**	149.281
Estoques	6	**120.174**	110.438	**205.195**	163.858
Impostos a recuperar	8	**41.097**	50.912	**46.242**	54.345
Adiantamentos	9	**17.303**	37.216	**17.303**	37.216
Outros		**430**	-	**437**	-
Total do ativo circulante		**222.048**	296.988	**714.260**	1.079.474
Não circulante					
Depósitos vinculados	7	**124.509**	110.322	**124.509**	110.322
Contas a receber com partes relacionadas	17	**877.071**	864.401	**877.071**	864.401
Impostos a recuperar	8	**57.015**	36.917	**60.069**	39.971
Investimentos	10	**46.692**	50.348	**-**	-
Imobilizado	11	**6.485.810**	6.864.872	**6.529.642**	6.911.429
Intangível	12	**10.754.060**	11.539.361	**10.754.060**	11.539.361
Depósitos judiciais	20	**128.327**	118.308	**128.327**	119.081
Total do ativo não circulante		**18.473.484**	19.584.529	**18.473.678**	19.584.565
Total do ativo		**18.695.532**	19.881.517	**19.187.938**	20.664.039

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**30/09/2026**	**31/12/2025**	**30/09/2026**	**31/12/2025**
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	13	**63.813**	95.868	**133.875**	201.041
Empréstimos e financiamentos	14	**50.138**	61.798	**973.483**	1.047.611
Impostos a recolher	16	**20.620**	17.496	**21.508**	21.063
Partes relacionadas	17	**327.155**	129.106	**-**	-
Adiantamentos de clientes		**224**	272	**534**	275
Títulos de remuneração variável	15	**-**	18.516	**-**	18.516
Encargos trabalhistas		**41.637**	33.471	**41.637**	33.471
Outras contas a pagar		**820**	-	**820**	-
Total do passivo circulante		**504.407**	356.527	**1.171.857**	1.321.977
Não circulante					
Fornecedores	13	**46.309**	41.053	**46.309**	41.053
Empréstimos e financiamentos	14	**6.305.094**	6.515.954	**6.305.094**	6.515.954
Impostos a recolher	16	**17.958**	13.377	**17.958**	13.377
Títulos de remuneração variável	15	**20.336.642**	20.410.266	**20.336.642**	20.410.266
Provisão passivo a descoberto	10	**175.101**	182.928	**-**	-
Provisão para contingências	19	**2.110**	8.801	**2.167**	8.801
Outras contas a pagar		**-**	373	**-**	373
Total do passivo não circulante		**26.883.214**	27.172.752	**26.708.170**	26.989.824
Patrimônio líquido negativo	21				
Capital social		**3.148.590**	3.148.590	**3.148.590**	3.148.590
Ajustes acumulados de conversão		**(498.535)**	(922.797)	**(498.535)**	(922.797)
Prejuízos acumulados		**(11.342.144)**	(9.873.555)	**(11.342.144)**	(9.873.555)
Total do patrimônio líquido negativo		**(8.692.089)**	(7.647.762)	**(8.692.089)**	(7.647.762)
Total do passivo e patrimônio líquido		**18.695.532**	19.881.517	**19.187.938**	20.664.039

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias condensadas.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Demonstrações condensadas do resultado
Período de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2026 e 2025
(Em milhares de reais)

		Controladora				Consolidado			
	Nota	01/07/2026 a 30/09/2026	01/01/2026 a 30/09/2026	01/07/2025 a 30/09/2025	01/01/2025 a 30/09/2025	01/07/2026 a 30/09/2026	01/01/2026 a 30/09/2026	01/07/2025 a 30/09/2025	01/01/2025 a 30/09/2025
Receita líquida de venda de bens e serviços prestados	22	**248.254**	**743.111**	359.317	1.288.445	**1.125.186**	**3.819.074**	1.787.037	5.252.245
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	23	**(240.421)**	**(677.496)**	(250.520)	(710.407)	**(1.091.007)**	**(3.703.968)**	(1.698.018)	(4.978.402)
Resultado bruto		**7.833**	**65.615**	108.797	578.038	**34.179**	**115.106**	89.019	273.843
Receitas (despesas) operacionais									
Despesas gerais e administrativas	24	**(28.279)**	**(75.766)**	(25.868)	(76.811)	**(28.498)**	**(76.888)**	(26.280)	(77.886)
Resultado de equivalência patrimonial	10	**6.563**	**6.807**	(33.033)	(132.515)	**-**	**-**	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais	15	**554.470**	**591.476**	404.865	1.242.791	**554.462**	**591.279**	404.151	1.478.053
		532.754	**522.517**	345.964	1.033.465	**525.964**	**514.391**	377.871	1.400.167
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos		**540.587**	**588.132**	454.761	1.611.503	**560.143**	**629.497**	466.890	1.674.010
Resultado financeiro	25								
Receitas financeiras		**34.665**	**90.670**	48.614	105.240	**49.310**	**149.578**	65.074	462.110
Despesas financeiras		**(680.475)**	**(2.147.391)**	(727.399)	(2.226.203)	**(716.365)**	**(2.247.664)**	(755.988)	(2.645.580)
		(645.810)	**(2.056.721)**	(678.785)	(2.120.963)	**(667.055)**	**(2.098.086)**	(690.914)	(2.183.470)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		**(105.223)**	**(1.468.589)**	(224.024)	(509.460)	**(106.912)**	**(1.468.589)**	(224.024)	(509.460)
Imposto de renda e contribuição social	18	**-**	**-**	-	-	**1.689**	**-**	-	-
Prejuízo do período		**(105.223)**	**(1.468.589)**	(224.024)	(509.460)	**(105.223)**	**(1.468.589)**	(224.024)	(509.460)

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias condensadas.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Demonstrações condensadas dos resultados abrangentes
Período de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2026 e 2025
(Em milhares de reais)

	Controladora				Consolidado			
	01/07/2026 a 30/09/2026	**01/01/2026 a 30/09/2026**	**01/07/2025 a 30/09/2025**	**01/01/2025 a 30/09/2025**	**01/07/2026 a 30/09/2026**	**01/01/2026 a 30/09/2026**	**01/07/2025 a 30/09/2025**	**01/01/2025 a 30/09/2025**
Prejuízo do período	**(105.223)**	**(1.468.589)**	(224.024)	(509.460)	**(105.223)**	**(1.468.589)**	(224.024)	(509.460)
Diferenças cambiais relacionadas à conversão para moeda de apresentação	**(27.108)**	**424.262**	120.909	1.070.152	**(27.108)**	**424.262**	120.909	1.070.152
Total dos resultados abrangentes	**(132.331)**	**(1.044.327)**	(103.115)	560.692	**(132.331)**	**(1.044.327)**	(103.115)	560.692

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias condensadas.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Demonstrações condensadas das mutações do patrimônio líquido
Período de nove meses findos em 30 de setembro de 2026 e 2025
(Em milhares de reais)

	Capital social	Ajustes acumulados de conversão	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**3.148.590**	**(1.715.371)**	**(9.362.191)**	**(7.928.972)**
Ajustes de conversão do período	-	1.070.152	-	1.070.152
Prejuízo do período	-	-	(509.460)	(509.460)
Saldos em 30 de setembro de 2025	3.148.590	(645.219)	(9.871.651)	(7.368.280)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**3.148.590**	**(922.797)**	**(9.873.555)**	**(7.647.762)**
Ajustes de conversão do período	**-**	**424.262**	**-**	**424.262**
Prejuízo do período	**-**	**-**	**(1.468.589)**	**(1.468.589)**
Saldos em 30 de setembro de 2026	**3.148.590**	**(498.535)**	**(11.342.144)**	**(8.692.089)**

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias condensadas.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Demonstrações condensadas dos fluxos de caixa
Período de nove meses findos em 30 de setembro de 2026 e 2025
(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**30/09/2026**	**30/09/2025**	**30/09/2026**	**30/09/2025**
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro (prejuízo) antes dos impostos sobre a renda		**(1.468.589)**	(509.460)	**(1.468.589)**	(509.460)
Itens de resultado que não afetam o caixa					
Depreciação e amortização	23,24	**322.613**	380.400	**322.616**	380.405
Baixa de imobilizado	11	**7.710**	11.860	**7.710**	11.860
Provisão perda/(ganho) de estoque	23	**-**	-	**(2.417)**	7.227
Provisão de IPTU e seguros	23,24	**16.805**	19.984	**17.017**	20.139
Atualização depósito vinculado	25	**(11.529)**	(14.401)	**(11.529)**	(14.401)
Atualização depósito judicial	25	**(3.808)**	(4.178)	**(3.517)**	(4.250)
Custo de transação	25	**6.042**	6.252	**6.042**	6.252
Resultado de equivalência patrimonial	10	**(6.807)**	132.515	**-**	-
Atualização dos *royalties*	15	**1.120.055**	470.381	**1.120.055**	470.381
Variação cambial	25	**35.059**	119.817	**12.109**	111.362
Juros partes relacionadas	25	**(24.120)**	(60.462)	**(17.013)**	(55.489)
Juros sobre empréstimos	25	**328.505**	300.819	**393.265**	379.813
Outros		**(8.978)**	13.315	**(8.924)**	16.851
Variações nos ativos e passivos					
Contas a receber - clientes		**48.173**	(40.930)	**48.165**	(41.488)
Contas a receber - partes relacionadas		**98.961**	(255.253)	**156.858**	(259.496)
Adiantamentos diversos		**2.440**	(27.540)	**11.949**	(333)
Títulos remuneração variável PORT11		**(25.274)**	-	**(25.274)**	-
Estoques		**(37.112)**	(7.903)	**155.401**	31.723
Depósitos judiciais		**(6.211)**	(11.550)	**(5.729)**	(11.546)
Depósito vinculado		**-**	294	**-**	294
Impostos a recuperar		**906**	(34.869)	**(806)**	(37.097)
Adiantamentos de clientes		**(30)**	(3)	**277**	(21)
Adiantamentos de partes relacionadas		**15.277**	-	**-**	-
Outros ativos		**841**	-	**841**	-
Fornecedores		**(7.695)**	27.833	**(306.414)**	92.825
Impostos e contribuições a recolher		**1.190**	10.544	**(1.490)**	8.530
Outras contas a pagar		**(1.139)**	2.312	**(1.137)**	2.312
Outros valores entre partes relacionadas		**77.317**	15.797	**(33.823)**	(52.186)
Encargos trabalhistas		**7.370**	4.904	**7.369**	4.904
Juros pagos	14	**(138.042)**	(171.062)	**(189.057)**	(237.007)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		**349.930**	379.416	**183.955**	322.104
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Aquisição de imobilizado	11	**(244.306)**	(89.582)	**(244.306)**	(89.582)
Adiantamento para futuro aumento de capital	10	**(250)**	(1.100)	**-**	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		**(244.556)**	(90.682)	**(244.306)**	(89.582)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
Empréstimos captados		**-**	-	**1.860.374**	3.142.598
Fiança	25	**(14.880)**	(16.743)	**(14.880)**	(16.743)
Depósito vinculado		**(2.658)**	(15.171)	**(2.658)**	(15.171)
Empréstimos liquidados	14	**(130.729)**	(218.194)	**(2.013.886)**	(3.220.869)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos		**(148.267)**	(250.108)	**(171.050)**	(110.185)
Efeitos de conversão					
Variação dos efeitos de conversão		**23.659**	189	**17.013**	(39.103)
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		**(19.234)**	38.815	**(214.388)**	83.234
Demonstração do aumento no caixa e equivalentes de caixa					
No início do período	4	**19.540**	949	**225.355**	58.642
No fim do período	4	**306**	39.764	**10.967**	141.876
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		**(19.234)**	38.815	**(214.388)**	83.234

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias condensadas.

1. Contexto operacional

A Porto Sudeste do Brasil S.A. ("Porto Sudeste" ou "Companhia") foi constituída em 7 de novembro de 2007, objetivando o desenvolvimento de operações de logísticas integradas no setor portuário, notadamente a implantação e operação do Terminal Portuário denominado Porto Sudeste ("Terminal" ou o "Porto Sudeste"). A Companhia está sediada na Rua Félix Lopes Coelho, 222, Ilha da Madeira, Itaguaí, Rio de Janeiro.

A Companhia é composta pela controladora e suas controladas Pedreira Sepetiba Ltda. ("Pedreira"), Terminal de Contêineres Sepetiba Ltda. ("TCS"), Porto Sudeste VM S.A. ("Porto VM") e Porto Sudeste Exportação e Comércio S.A.

A IWL Holdings (Luxembourg) S.A.R.L. ("Trafigura") e EAV Lux 2 S.A.R.L ("Mubadala"), por meio de investidas no Brasil, são titulares, em conjunto, de 99,92% de participação acionária na Companhia, por meio do PSA Fundo de Investimento e Participações. Os controladores Trafigura e Mubadala celebraram, em fevereiro de 2014, Acordo de Acionistas que detalha os direitos e deveres de cada acionista controlador.

Situação financeira da Companhia

Em 30 de setembro de 2026, a Companhia apresenta capital circulante líquido consolidado negativo de R$457.597, será coberto com a geração de caixa dos próximos trimestres, prejuízo no período de R$1.468.589 (impactado pela atualização dos títulos PORT11, conforme Nota 15) e prejuízos acumulados consolidados de R$11.342.144, e dessa forma, o patrimônio líquido em 30 de setembro de 2026 é negativo em R$8.692.089. A Companhia encerrou o trimestre com uma posição consolidada de caixa de R$10.967.

A Companhia iniciou suas operações em janeiro de 2016 e desde então vem crescendo seu volume de movimentação anual e expandindo seus serviços para outros granéis. Consequentemente, a geração de caixa operacional foi suficiente para cobrir os serviços da dívida, entretanto, não houve sobra de caixa para distribuição do cash sweep e PORT11.

No terceiro trimestre de 2026, a Companhia embarcou aproximadamente 5.927 mil toneladas de minério de ferro. A Companhia também movimentou outras cargas no período, através do desembarque de 141 mil toneladas de carvão e 12 operações de transbordo de petróleo entre navios atracados (*ship-to-ship*), quantidades ainda pouco representativas quando comparadas ao minério de ferro.

A performance operacional do Porto Sudeste não gerou caixa excedente no terceiro trimestre de 2026 excedente para fins de pagamento adicional através do *Cash sweep* e *Royalties*. Neste trimestre, a Companhia apresentou prejuízo impactado pelo efeito dos Títulos PORT11 contabilizados no passivo (Nota 15), registrados no passivo e mensurados a valor presente.

Autorização portuária

A Companhia obteve junto à Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, em 15 de julho de 2010, a autorização para construção e implantação de terminal marítimo com capacidade para embarque de 50 milhões de toneladas por ano, localizado na Ilha da Madeira, Itaguaí - RJ. No ano de 2014, após concluir a primeira fase das obras de implantação do terminal e obter a respectiva licença ambiental de operação, a Companhia recebeu da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) o Termo de Liberação Operacional (TLO) e a Habilitação ao Tráfego Internacional Marítimo (HTMI), encontrando-se desde então, plenamente autorizada por esta agência reguladora a operar até 2064, renovável mediante a solicitação da ANTAQ, seguindo os procedimentos padrão aplicáveis a terminais privados. Além da liberação da agência reguladora, a operação até 2064 encontra-se devidamente alfandegada e apta para receber mercadorias destinadas à exportação. Quanto ao acesso *offshore*, a dragagem e a derrocagem do canal de acesso ao Terminal e da bacia de atracação foram concluídas no início do ano de 2015.

Com relação à segunda fase do terminal (50 milhões de toneladas por ano), a Companhia concluiu a montagem dos equipamentos em meados de 2015 e, em 12 de novembro de 2015, obteve junto à Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) o TLO número 11/2015, no qual a Companhia é autorizada a dar continuidade à operação parcial do Terminal de Uso Privado, com observância a normas e regulamentos da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) e adaptações exigidas pela Nova Lei dos Portos.

Quanto à Receita Federal, as áreas do Pátio 06, túnel, píer e pátio 32, encontram-se devidamente alfandegadas.

Em dezembro de 2021, a Companhia concluiu o processo de licenciamento para movimentação de granéis líquidos. Em 2022, a cia realizou suas primeiras operações de transbordo de petróleo na modalidade atracado, atendendo empresas que exploram petróleo no pré-sal.

Em continuidade ao processo de diversificação das operações, no dia 27 de dezembro de 2022, conforme publicado em Diário Oficial, a companhia obteve junto à Agência Nacional de

Transportes Aquaviários - ANTAQ, o Termo de Licença de Instalação (TLI), que permite a construção e implantação para expansão da capacidade do terminal marítimo, de 50 milhões de toneladas adicionais por ano de granéis líquidos, totalizando 100 milhões de toneladas. Até a conclusão destas Informações Trimestrais, a Companhia concluiu os trabalhos de dragagem e deu início à instalação da infraestrutura necessária para a implementação do berço dedicado às operações de petróleo, projeto estratégico voltado à diversificação das operações do terminal e à ampliação de sua capacidade operacional.

2. Base de preparação e apresentação das informações financeiras

a) Informações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas

As informações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das informações financeiras intermediárias condensadas foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas informações financeiras intermediárias condensadas.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas informações financeiras intermediárias condensadas devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

As informações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional IAS 34 - "*Interim Financial Reporting*", emitida pelo "*International Accounting Standards Board* - IASB".

Em 09 de novembro de 2026, a Administração da Companhia autorizou a conclusão e a divulgação destas informações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas.

b) Base de preparação e mensuração

As informações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de certos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo.

c) Moeda funcional

Com o início das operações em primeiro de janeiro de 2016, a Companhia e suas subsidiárias passaram a auferir receitas substancialmente denominadas em dólares norte-americanos. Desta forma, sua moeda funcional foi alterada do Real para o Dólar norte-americano. Em atendimento à legislação brasileira e de acordo com o pronunciamento CPC 02 - Efeito das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, as informações financeiras intermediárias condensadas estão sendo apresentadas em Reais, convertendo a moeda funcional (Dólar norte-americano) para a moeda de apresentação (Reais), sendo os ativos e passivos convertidos pela taxa de câmbio de fechamento do período, as contas de resultado pela taxa de câmbio na data da ocorrência e o patrimônio líquido pelo valor histórico de formação. O efeito da conversão para a moeda de apresentação é apresentado no patrimônio líquido como "Ajustes acumulados de conversão".

d) Consolidação

As informações financeiras intermediárias condensadas consolidadas incluem a Companhia e as seguintes controladas:

	Participação - %					
	Capital social		Capital votante		Localização	
	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025	da sede	Atividade principal
Controladas diretas						
Pedreira	**99,98%**	99,98%	**99,98%**	99,98%	Brasil	Extração e britamento de pedras
TCS	**99,98%**	99,98%	**99,98%**	99,98%	Brasil	Logística
Porto Sudeste VM	**100%**	100%	**100%**	100%	Brasil	Detentora de parte dos títulos de *royalties*
Porto Sudeste Exportação	**100%**	100%	**100%**	100%	Brasil	Compra e venda de minério

3. Resumo das principais práticas e estimativas contábeis

As políticas contábeis adotadas na elaboração destas informações financeiras intermediárias condensadas são uniformes àquelas utilizadas quando da preparação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

As informações financeiras intermediárias e respectivas notas explicativas não incluem todas as informações e divulgações requeridas para demonstrações financeiras anuais. Portanto, essas informações financeiras intermediárias devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras auditadas anuais de 31 de dezembro de 2025.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
Caixa e depósitos bancários	**304**	19.539	**792**	20.637
Numerário em trânsito	**-**	-	**-**	94.591
Equivalentes de caixa	**2**	1	**10.175**	110.127
	306	19.540	**10.967**	225.355

A Companhia investe em Renda Fixa, portfólios CDB e Compromissadas, em instituições financeiras de primeira linha às quais mantém relacionamento, vinculados a taxas pós-fixadas, com rentabilidade média vinculada ao DI (“CDI”), sem carência e com liquidez imediata.

Os investimentos do caixa são realizados em instituições financeiras de primeira linha e são substancialmente remunerados de 50% a 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Há ainda uma parcela do caixa em aplicações automáticas das contas correntes sendo remunerado a 2% do CDI.

O saldo de caixa apresentado na visão consolidada está relacionado, principalmente, às atividades comerciais, impulsionadas pelas linhas de crédito para capital de giro utilizadas pela Porto Sudeste Exportação para a compra de minério de ferro. Consequentemente, a posição de caixa ao final do trimestre pode sofrer flutuações de acordo com as entregas diárias.

O numerário em trânsito se refere aos valores em dólares recebidos de exportações que ainda serão convertidos para reais antes de serem creditados nas contas bancárias.

5. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	**31/12/2025**	**30/09/2026**	**31/12/2025**
Serviço portuário	**30.725**	78.882	**30.725**	78.882
	30.725	78.882	**30.725**	78.882

Os montantes em aberto com terceiros em 30 de setembro de 2026 foram substancialmente recebidos até o mês de outubro de 2026. A administração não identificou a necessidade de constituição de provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa.

6. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	**31/12/2025**	**30/09/2026**	**31/12/2025**
Brita	**-**	-	**1.351**	1.435
Minério de ferro	**-**	-	**83.670**	51.985
Almoxarifado	**120.174**	110.438	**120.174**	110.438
	120.174	110.438	**205.195**	163.858

Os estoques de minério de ferro se referem às atividades de comercialização, representando os volumes adquiridos pela Porto Sudeste Exportação que estão sendo consolidados e misturados no pátio de estocagem do terminal portuário enquanto aguardam embarque e exportação. Em contrapartida, o almoxarifado é composto principalmente por materiais de manutenção, peças de reposição, componentes elétricos, mecânicos e demais itens de consumo utilizados nas operações e na manutenção dos ativos da Companhia.

7. Depósitos vinculados

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	**31/12/2025**	**30/09/2026**	**31/12/2025**
Contas reservas BNDES e Bradesco (a)	**124.509**	110.322	**124.509**	110.322
	124.509	110.322	**124.509**	110.322

(a) Em 30 de setembro de 2026, a Companhia apresentou o saldo das Contas de Reserva dos contratos de financiamento vigentes com o BNDES e o Bradesco – BNDES Repasse, no montante de R$ 124.509 para manter a obrigação contratual. Esse valor corresponde a 100% da obrigação com vencimento previsto para 30 de dezembro de 2026 e 31 de março de 2027 (duas vezes o valor do serviço da dívida). O saldo das Contas de Reserva é remunerado em 100,5% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

8. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	**31/12/2025**	**30/09/2026**	**31/12/2025**
IRPJ e CSLL antecipado (a)	**28.293**	41.691	**35.344**	44.747
PIS e COFINS (b)	**61.846**	36.946	**61.846**	36.946
IRRF sobre aplicações financeiras (c)	**2.710**	2.059	**3.829**	5.462
Impostos retidos (d)	**5.263**	7.133	**5.292**	7.161
	98.112	87.829	**106.311**	94.316
Circulante	**41.097**	50.912	**46.242**	54.345
Não circulante	**57.015**	36.917	**60.069**	39.971

(a) Saldo de IRPJ e CSLL verificado ao final do ano calendário, após contrapor IRPJ e a CSLL antecipados com IRPJ e CSLL apurado ao final do ano calendário. Os valores, após a entrega da ECF de 2026 que ocorreu em julho-26, estão sendo compensados com tributos federais.

(b) Créditos de PIS e de COFINS decorrente da prestação de serviços portuários.

(c) O saldo referente ao crédito de imposto de renda retido na fonte (IRRF) é decorrente do imposto incidente sobre os resgates de aplicações financeiras.

(d) Saldo de PIS, COFINS, CSLL, IRRF e ISS retidos na fonte sobre serviços tomados, que será utilizado para compensação com os impostos apurados e devidos no mês subsequente.

9. Adiantamentos

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	**31/12/2025**	**30/09/2026**	**31/12/2025**
Despachos aduaneiros	**-**	594	**-**	594
Combustível	**-**	1.511	**-**	1.511
Terrenos (a)	**-**	16.151	**-**	16.151
Seguros (b)	**6.397**	-	**6.397**	-
Serviços	**9.700**	15.415	**9.700**	15.415
Máquinas e equipamentos (c)	**-**	863	**-**	863
Outros	**1.206**	2.682	**1.206**	2.682
	17.303	37.216	**17.303**	37.216

(a) Refere-se aos valores pagos aos proprietários dos terrenos situados na Baía de Sepetiba, área onde se encontram as instalações do Porto Sudeste do Brasil, os quais foram compensados com saldos de contas a pagar durante o exercício de 2026.
(b) A Companhia adota como prática o pagamento antecipado dos custos de seguros no início de cada exercício, registrando-os inicialmente no ativo e apropriando-os ao resultado mensalmente durante o período de cobertura. Dessa forma, o saldo é integralmente apropriado até o encerramento do exercício, razão pela qual não há saldo registrado em 31 de dezembro de 2025.
(c) Refere-se a adiantamentos realizados a fornecedores para contratação de serviços relacionados à construção do berço Dolphin, cujos valores serão apropriados à medida que os serviços forem executados e faturados.

10. Investimentos

A Companhia possui os seguintes investimentos:

Pedreira Sepetiba Ltda.

Constituída em 21 de setembro de 1989, possui como objeto social a realização de exploração e aproveitamento de jazidas minerais no território nacional e comercialização de seus derivados, comercializar materiais de construção em geral, prestar serviços de transporte de cargas, de engenharia civil, incorporação e construções.

TCS - Terminal de Contêineres Sepetiba Ltda.

Constituída em 31 de janeiro de 1989, possui como objeto social a prestação de todos os serviços inerentes a um terminal para contêineres, visando à concentração e distribuição de cargas com as respectivas movimentações de embarque, desembarque e despachos para as suas destinações finais, prestação de serviços de transporte de contêineres dos navios; e afretamento de ou arrendamento de navios, barcaças e equipamentos nacionais ou estrangeiros; bem como prestar os serviços inerentes aos de zona alfandegária, a ser implantada na área do terminal mediante concessão das autoridades fazendárias.

Porto Sudeste V.M. S.A.

Constituída em 16 de julho de 2013, possui como objeto social participação no capital de outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, na condição de sócia, acionista ou quotista, em caráter permanente ou temporário, como controladora ou minoritária. A Porto V.M. foi criada com o principal objetivo de receber parte dos títulos de *royalties* como parte da operação de compra do Porto pelos atuais acionistas, conforme detalhado na Nota 15.

Porto Sudeste Exportação e Comércio S.A.

Possui como objeto social a exportação e importação de minério de ferro, pelotas de ferro, ferro-gusa e subprodutos.

Movimentação dos investimentos

	31/12/2025	Equivalência patrimonial (*)	AFAC	Efeito da conversão reais	30/09/2026
Pedreira	19.034	**(408)**	**-**	**(1.091)**	**17.535**
TCS	31.001	**(352)**	**250**	**(1.804)**	**29.095**
Porto VM	313	**(231)**	**-**	**(20)**	**62**
	50.348	**(991)**	**250**	**(2.915)**	**46.692**

	31/12/2025	Equivalência patrimonial (*)	Efeito da conversão para reais	30/09/2026
Porto Sudeste Exportação	(182.928)	**7.798**	**29**	**(175.101)**
	(182.928)	**7.798**	**29**	**(175.101)**

(*) Em 30 de setembro de 2026, a Companhia reconheceu resultado positivo de equivalência patrimonial de R$ 6.807, correspondente à sua participação nos resultados das empresas investidas.

	30/09/2026						
	Participação	Quantidade ações/ quotas (mil)	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Resultado do período
Pedreira	**99,98%**	**49.001**	**17.601**	**66**	**17.535**	**-**	**(408)**
TCS	**99,98%**	**3.447**	**2.315**	**1**	**2.314**	**-**	**(352)**
Porto V.M.	**100%**	**-**	**86.748**	**86.686**	**62**	**-**	**(231)**
Porto Sudeste Exportação	**100%**	**-**	**834.561**	**1.009.662**	**(175.101)**	**3.164.662**	**7.798**

	31/12/2025						
	Participação	Quantidade ações/ quotas (mil)	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita Líquida	Resultado do período
Pedreira	99,98%	49.001	19.050	16	19.034	66	456
TCS	99,98%	3.447	2.558	-	2.558	-	(327)
Porto V.M.	100%	-	87.439	87.126	313	-	(366)
Porto Sudeste Exportação	100%	-	1.350.403	1.533.331	(182.928)	5.983.702	(30.818)

11. Imobilizado

	Consolidado						
	Instalações	Máquinas e equipamentos	Terrenos	Obras em andamento (*)	Edificações e benfeitorias	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**483.524**	**1.844.073**	**192.733**	**71.502**	**6.650.203**	**62.396**	**9.304.431**
Adições	**8.428**	**15.225**	**24.359**	**184.033**	**-**	**12.261**	**244.306**
Baixa	**-**	**(582)**	**-**	**(94)**	**-**	**(7.385)**	**(8.061)**
Transferências	**53.391**	**56.575**	**-**	**(122.488)**	**7.870**	**4.652**	**-**
Efeito da conversão para reais	**(29.316)**	**(109.427)**	**(12.161)**	**271**	**(388.952)**	**(4.195)**	**(543.780)**
Saldo em 30 de setembro de 2026	**516.027**	**1.805.864**	**204.931**	**133.224**	**6.269.121**	**67.729**	**8.996.896**
Depreciação acumulada							
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**(255.197)**	**(679.103)**	**-**	**-**	**(1.438.931)**	**(19.771)**	**(2.393.002)**
Depreciação no período	**(31.694)**	**(84.791)**	**-**	**-**	**(93.550)**	**(2.613)**	**(212.648)**
Baixa	**-**	**330**	**-**	**-**	**-**	**21**	**351**
Efeito da conversão para reais	**14.671**	**38.906**	**-**	**-**	**83.331**	**1.137**	**138.045**
Saldo em 30 de setembro de 2026	**(272.220)**	**(724.658)**	**-**	**-**	**(1.449.150)**	**(21.226)**	**(2.467.254)**
Saldo líquido em 30 de setembro de 2026	**243.807**	**1.081.206**	**204.931**	**133.224**	**4.819.971**	**46.503**	**6.529.642**

	Consolidado						
	Instalações	Máquinas e equipamentos	Terrenos	Obras em andamento	Edificações e benfeitorias	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**480.967**	**1.951.895**	**204.715**	**139.673**	**7.484.017**	**70.310**	**10.331.577**
Adições	8	9.743	10.839	107.642	-	14.652	142.884
Baixa	-	(767)	-	(4.050)	-	(13.653)	(18.470)
Transferências	52.101	97.107	-	(149.116)	-	(92)	-
Efeito da conversão para reais	(49.552)	(213.905)	(22.821)	(22.647)	(833.814)	(8.821)	(1.151.560)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**483.524**	**1.844.073**	**192.733**	**71.502**	**6.650.203**	**62.396**	**9.304.431**
Depreciação acumulada							
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**(211.924)**	**(622.658)**	**-**	**-**	**(1.469.068)**	**(18.488)**	**(2.322.138)**
Depreciação no período	(67.848)	(127.676)	-	-	(135.127)	(3.391)	(334.042)
Baixa	-	767	-	-	-	13	780
Efeito da conversão para reais	24.575	70.464	-	-	165.264	2.095	262.398
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**(255.197)**	**(679.103)**	**-**	**-**	**(1.438.931)**	**(19.771)**	**(2.393.002)**
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2025	**228.327**	**1.164.970**	**192.733**	**71.502**	**5.211.272**	**42.625**	**6.911.429**

(*) Até 30 de setembro de 2026, foram capitalizados diversos projetos tais como investimentos realizados na construção do berço (“Dolphins”), reforço das estruturas das correias transportadoras e muro de contenção.

Depreciação e amortização

É constituída depreciação e amortização para todo o imobilizado com exceção de terrenos, que não são depreciados. As taxas de depreciação e amortização são baseadas na vida útil estimada dos bens ou com base no volume produzido, como segue:

- Edificações e benfeitorias - 10 a 50 anos
- Instalações - 5 a 50 anos
- Máquinas e equipamentos - 1 a 30 anos
- Outros - 1 a 15 anos

Teste de valor recuperável para os ativos imobilizados

Durante o terceiro trimestre de 2026, a Administração realizou uma avaliação a fim de determinar se existem indicadores de que algum ativo pudesse estar acima do valor recuperável, e não identificou a necessidade de reconhecer qualquer provisão para redução ao valor recuperável de seus ativos.

A metodologia do fluxo de caixa descontado utilizada pela Companhia está fundamentada em conceitos que consideram recursos financeiros que serão gerados no futuro pela unidade geradora de caixa ("UGC"), descontados a valor presente, para refletir o tempo, o custo de oportunidade e os riscos associados. A taxa de desconto utilizada nos modelos financeiros da Companhia foi de 6,96%. Essas projeções baseiam-se no plano de negócios da Companhia**,** que inclui premissas relacionadas ao crescimento das exportações de minério de ferro do quadrilátero ferrífero de Minas Gerais, participação de mercado da Porto Sudeste, volumes de minério originados por minas pertencentes aos seus acionistas, operações com outros granéis sólidos e líquidos, expectativas de preços de *commodity*, entre outros.

12. Intangível

	Autorização portuária
Saldo em 31 de dezembro de 2024	13.174.683
Amortização	(168.928)
Efeito da conversão para reais	(1.466.394)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	11.539.361
Amortização	**(109.968)**
Efeito da conversão para reais	**(675.333)**
Saldo em 30 de setembro de 2026	**10.754.060**

A autorização para operador portuário é amortizada pelo prazo de 50 anos levando em consideração o volume operado.

Teste de valor recuperável para os ativos intangíveis com vida útil definida

Durante o terceiro trimestre de 2026, a Companhia realizou uma avaliação a fim de determinar se existem indicadores que a licença pudesse estar acima do valor recuperável. Após testes realizados, conforme mencionado na Nota 11, a Administração não identificou a necessidade de reconhecer qualquer provisão para redução ao valor recuperável de seus ativos intangíveis com vida útil definida.

A taxa de desconto utilizada nos modelos financeiros da Companhia foi de 6,96%.

13. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	**31/12/2025**	**30/09/2026**	**31/12/2025**
Energia elétrica (a)	**48.839**	43.288	**48.839**	43.288
Serviços e materiais	**46.798**	93.573	**46.811**	93.633
Máquinas e equipamentos (b)	**8.633**	-	**8.633**	-
Minério (c)	**-**	-	**68.061**	98.283
Terreno (d)	**5.800**	-	**5.800**	-
Frete ferroviário	**-**	-	**1.988**	6.828
Outros	**52**	60	**52**	62
	110.122	136.921	**180.184**	242.094
Circulante	**63.813**	95.868	**133.875**	201.041
Não circulante	**46.309**	41.053	**46.309**	41.053

(a) Em abril de 2024, ocorreu o julgamento do Tema 986 pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), que alterou o entendimento anteriormente consolidado naquele tribunal, passando a admitir a inclusão da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST) e da Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) na base de cálculo do ICMS incidente sobre as faturas de energia elétrica suportadas pelo consumidor final, seja ele cativo ou livre. Em decorrência dessa decisão, a Companhia optou por reconhecer o passivo referente ao valor principal, no montante acumulado aproximado de R$ 46,3 milhões, o qual já se encontrava garantido por meio de depósitos judiciais. Ressalta-se que o referido tema ainda poderá ser objeto de nova revisão, em função do julgamento da ADI 7195 pelo Supremo Tribunal Federal (STF), especialmente em relação ao período posterior a julho de 2022, durante a vigência da Lei Complementar nº 194/2022.

(b) No início de 2026, a Companhia iniciou a aquisição de equipamentos destinados à implantação do berço Dolphin, em continuidade ao projeto de expansão portuária após a conclusão dos trabalhos de dragagem. Adicionalmente, foram adquiridos equipamentos para a implantação da segunda linha de descarga conectada ao pátio 32, a qual permitirá o envio simultâneo de minério proveniente de ambos os descarregadores de vagões, aumentando a eficiência operacional e a capacidade de movimentação de cargas do terminal.

(c) Refere-se a valores a pagar a fornecedores de minério de ferro, decorrentes de aquisições realizadas pela Porto Sudeste Exportação para atendimento de suas atividades comerciais.

(d) Refere-se aos valores remanescentes à aquisição dos terrenos situados na Baía de Sepetiba, área onde se encontram as instalações do Porto Sudeste do Brasil, a ser liquidado em parcelas trimestrais até abril de 2027.

14. Empréstimos e financiamentos

Empréstimos por moeda

	Consolidado			
	Passivos circulantes		Passivos não circulantes	
	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
Contratos em dólares norte-americanos				
Principal	**916.381**	999.084	**2.862.451**	3.102.203
Encargos	**40.959**	28.145	**2.131.310**	2.036.446
Custo de transação	**(3.827)**	(4.065)	**(7.098)**	(9.888)
	953.513	1.023.164	**4.986.663**	5.128.761
Contratos em reais				
Principal	**26.844**	28.404	**1.404.846**	1.486.491
Encargos	**1.938**	5.402	**-**	-
Custo de transação	**(8.812)**	(9.359)	**(86.415)**	(99.298)
	19.970	24.447	**1.318.431**	1.387.193
	973.483	1.047.611	**6.305.094**	6.515.954

Parte do passivo circulante de contratos denominados em dólares norte-americanos refere-se aos contratos de ACC/ACE tomados junto aos credores Itaú, Citibank, ABC Brasil, Santander, entre outros, pela subsidiária Porto Sudeste Exportação e Comércio S.A, para a realização da compra do minério de ferro a ser exportado. Já o passivo circulante de contratos denominados em reais e parte dos denominados em dólares norte-americanos referem-se aos juros calculados de 16 de setembro de 2026 até 30 de setembro de 2026 dos contratos de financiamento com os credores BNDES e Bradesco, e são devidos de pagamento em 15 de dezembro de 2026. Adicionalmente, os passivos circulantes das dívidas em reais e em dólares norte-americanos também se referem aos montantes previstos para amortizações mandatórias de principal trimestrais da dívida sênior entre outubro de 2026 e setembro de 2027.

Os contratos de financiamento *seniors* com os credores BNDES e Bradesco têm prazo de amortização de março de 2024 a dezembro de 2036, e Deutsche Bank, Natixis e BTG de março de 2024 a dezembro de 2029, tendo o período de carência de pagamento de principal aos credores *seniors* encerrado em 31 de dezembro de 2023. Nesses contratos existe o dispositivo de *cash sweep* vigente e estipula que, no caso de existir saldo de caixa após o pagamento de seus compromissos obrigatórios no trimestre, a Administração deverá distribuir parte do saldo do *cash sweep* gerado como pagamento adicional de principal aos credores seniores. Como estas amortizações estão condicionadas ao saldo futuro de caixa, sendo, portanto, um caixa ainda não realizado, as amortizações que eventualmente ocorrerem nos próximos 12 meses, neste contexto, não constam no passivo circulante da Companhia. No terceiro trimestre de 2026, a Companhia não efetuou amortizações da Dívida Sênior por meio do mecanismo de *cash sweep*, em virtude da insuficiência de disponibilidade de caixa para suportar pagamentos adicionais além das obrigações correntes.

As movimentações desses empréstimos e financiamentos são apresentadas abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	**31/12/2025**	**30/09/2026**	**31/12/2025**
Saldo Inicial	**6.577.752**	7.222.010	**7.563.565**	8.339.516
Captação	**-**	-	**1.860.374**	3.690.892
Juros apropriados	**328.505**	445.812	**393.265**	548.188
Amortização de principal	**(130.729)**	(278.573)	**(2.013.886)**	(4.007.422)
Amortização de juros	**(138.042)**	(211.302)	**(189.057)**	(297.108)
Custos de transação	**6.042**	8.300	**6.042**	8.300
Variação cambial / Efeito de conversão de moeda funcional	**(288.296)**	(608.495)	**(341.726)**	(718.801)
Saldo Final	**6.355.232**	6.577.752	**7.278.577**	7.563.565

Empréstimos por credor

				Saldo em	
Banco	**Dívida**	**Indexador/juros**	**Vencimento**	**30/09/2026**	**31/12/2025**
BNDES	Sênior	5,51% e 4,51% a.a. + IPCA	15/12/2036	**548.547**	575.363
BNDES	Sênior	5,73% e 4,73% a.a. + IPCA	15/12/2036	**296.989**	311.507
BNDES	Sênior	3,40% e 2,40% a.a. + Cesta de Moedas	15/12/2036	**148.200**	164.313
Bradesco - Repasse BNDES	Sênior	6,73% e 5,73% + IPCA	15/12/2036	**291.025**	305.284
Bradesco - Repasse BNDES	Sênior	4,40% e 3,40% a.a. + Cesta de Moedas	15/12/2036	**148.866**	163.831
Deutsche Bank/Natixis/BTG	Sênior	4,00% e 3,50% a.a. + SOFR 3 meses	15/12/2029	**351.579**	440.831
Bradesco/PAV Lux	Subordinada	7,00% a.a. + SOFR 6 meses	15/06/2037	**4.676.176**	4.739.233
Santander	ACC/ACE	9,20% a 11,35% a.a.	03/12/2026	**28.794**	-
Citibank	ACC/ACE	9,00% a 11,50% a.a.	22/11/2026	**396.164**	382.469
Daycoval	ACC/ACE	8,48% a.a.	15/12/2026	**8.182**	16.290
Itaú	ACC/ACE	8,55% a 8,86% a.a.	04/12/2026	**244.967**	313.186
ABC Brasil	ACC/ACE	8,15% a 8,63% a.a.	02/12/2026	**168.472**	184.268
C6	ACC/ACE	8,60% a 8,87% a.a.	23/12/2026	**50.138**	-
BMG	ACC/ACE	-	-	**-**	55.836
CCB	ACC/ACE	-	-	**-**	33.764
XP	ACC/ACE	8,50% a.a.	21/11/2026	**26.630**	-
				7.384.729	7.686.175
Custos de transação				**(106.152)**	(122.610)
				7.278.577	7.563.565

As parcelas classificadas no passivo circulante e não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

	Consolidado	
	30/09/2026	**31/12/2025**
Ano de vencimento		
Até 1 ano	**986.122**	1.061.035
De 2 a 3 anos	**389.356**	315.215
De 4 a 5 anos	**300.542**	326.400
Acima de 5 anos	**5.708.709**	5.983.525
	7.384.729	7.686.175
Custos de transação	**(106.152)**	(122.610)
	7.278.577	7.563.565

Em 30 de setembro de 2026, as taxas de juros anuais sobre as dívidas são as seguintes:

	Consolidado	
	30/09/2026	**31/12/2025**
Dívidas em US$ - acima de 7,0%	**5.951.100**	6.165.877
Dívidas em R$ - 6,1% até 9,3%	**297.067**	328.144
Dívidas em R$ - acima de 9,3%	**1.136.562**	1.192.154
	7.384.729	7.686.175
Custos de transação	**(106.152)**	(122.610)
	7.278.577	7.563.565

Garantias e outras obrigações

Os contratos de empréstimos e financiamentos da companhia são garantidos por instituições financeiras de primeira linha (fiança bancária), bem como também pelos acionistas controladores ("*Parent Company Guarantee*s", "*Standby Letters of Credit" e depósitos à vista*), além da alienação fiduciária dos bens e do fluxo de caixa de recebíveis.

Considerando que nos contratos de financiamentos há obrigações financeiras e não financeiras a serem cumpridas, destacam-se: (a) utilização da estruturação "*waterfall*" de contas correntes; (b) após o período de carência, composição de saldo mínimo em Conta Reserva em, no mínimo, 2 vezes o valor do último pagamento de serviço da dívida; (c) após atingimento do "*Completion*" Financeiro, manutenção do "c*ovenant*" de índice de cobertura da dívida (DSCR) acima de 1,3 para os contratos de financiamento BNDES e Bradesco e acima de 1,15 para os contratos CESCE; (d) apresentação dos demonstrativos de resultados auditados; e (e) manutenção dos seguros operacionais.

Os "*covenants*" foram atendidos em 30 de setembro de 2026, considerando as regras dos contratos de financiamento vigentes junto ao Deutsche Bank, Natixis, BTG, BNDES e Bradesco.

Efeito da conversão para reais

A taxa de câmbio do dólar norte-americano reduziu 5,84% no período, passando de R$5,5024/US$ em 31 de dezembro de 2025 para R$5,1809/US$ em 30 de setembro de 2026, impactando o saldo

da dívida em dólares norte-americanos que em 30 de setembro de 2026 representava 80,59% do endividamento total.

Custos de transação

Os custos de emissão da dívida referem-se a honorários legais externos e a comissões de fianças bancárias. Esses custos foram lançados como redutores do passivo.

Refinanciamento da Dívida Sênior

Em 14 de abril e 02 de setembro de 2021, a Companhia finalizou o 2º refinanciamento das dívidas "*seniores* "relacionadas aos contratos de financiamento junto aos credores BNDES e Bradesco, e CESCE/Natixis/BTG, respectivamente. Estes refinanciamentos incluíram, entre outros: (a) atualização do indexador de TJLP para TLP/IPCA; (b) extensão do período de carência de principal até 31 de dezembro de 2023; (c) extensão do prazo de vencimento até 15 de dezembro de 2036 para os contratos BNDES e Bradesco, e até 15 de dezembro de 2029 para os contratos CESCE/Natixis/BTG; (d) alteração da periodicidade de pagamento de amortização e juros de mensal para trimestral; (e) alteração do cronograma de amortizações de constante para não linear; (f) manutenção do mecanismo de "*cash sweep"* nos mesmos termos durante o período de carência e com limitadores relacionados ao nível de alavancagem e cronograma pré-refinanciamento após o período de carência; e (g) atualização de certos indicadores e "*covenants*".

15. Títulos de remuneração variável ("royalties")

Em fevereiro de 2014, IWL Holdings (Luxembourg) S.A.R.L. ("Trafigura") e a EAV Delaware LLC ("Mubadala"), por meio do PSA Fundo de Investimento e Participações, adquiriram o controle da Porto Sudeste, até então exercido pela MMX Mineração e Metálicos S.A. ("MMX").
O contrato de investimento que regulou a aquisição do controle da Porto Sudeste pela Trafigura e pela Mubadala previa, entre outros, que a Companhia assumiria, direta ou indiretamente, obrigações relativas aos títulos de remuneração variável baseados em royalties de emissão da MMX, negociados na B3 S.A. - BRASIL. BOLSA. BALCÃO ("B3") sob o *ticker* MMXM11 ("Títulos MMXM11"). Nesse contexto, a Porto Sudeste emitiu, em 26 de fevereiro de 2014, Títulos Perpétuos de Remuneração Variável ("TPRV"), em termos similares aos Títulos MMXM11 ("PORT11"), os quais foram integralmente subscritos na mesma data pela MMX. O contrato de investimento também previa a obrigação da MMX de realizar uma oferta de permuta, direcionada a todos os titulares dos Títulos MMXM11, por meio da qual a MMX adquiriria os Títulos MMXM11, e entregaria em contrapartida os Títulos PORT11, ou um outro valor mobiliário lastreado nos Títulos MMXM11 ("Oferta de Permuta"). Para implementação de tal Oferta de Permuta, foram utilizados dois veículos diferentes, de forma a atingir a totalidade dos detentores dos Títulos MMXM11:

(i) Porto Sudeste Royalties FIP-IE ("PSR"): um fundo de investimento em participações em infraestrutura, o qual, na ocasião da oferta, detinha em sua carteira, exclusivamente, Títulos PORT11 - sendo que cada Título PORT11 detido pelo PSR correspondia a uma quota. As

quotas do PSR foram ofertadas para os titulares de Títulos MMXM11 que se enquadravam como investidores qualificados, nos termos da regulamentação da CVM, e que não tinham restrições para deter quotas do PSR;

(ii) Porto Sudeste V.M. S.A. ("Porto VM"): uma sociedade por ações com registro na CVM sob a categoria 'b' que emitiu um novo título de remuneração variável baseada em *royalties*, espelho do Título MMXM11 (os "Títulos PSVM11"), sendo tal título listado para negociação na B3 (ao contrário dos Títulos PORT11, que não são admitidos para negociação na bolsa). No âmbito da referida Oferta de Permuta, os Títulos PSVM11 foram ofertados para os detentores dos Títulos MMXM11 que (i) não se enquadrassem como investidores qualificados, ou (ii) tivessem restrições regulamentares para deter quotas de um FIP-IE - como é o caso de alguns fundos de investimento.

Como forma de endereçar a situação dos titulares de MMXM11 que eventualmente não aderissem à Oferta de Permuta, a MMX se manteve titular de Títulos PORT11 na mesma quantidade de Títulos MMXM11 não permutados.

Os detentores dos títulos PORT11 têm direito à remuneração variável trimestral, nos termos definidos na escritura de emissão dos Títulos PORT11 ("Royalties"), apurada desde primeiro de janeiro de 2013, calculada com base na tonelagem métrica de minério de ferro ou pelo Valor por Tonelada para demais cargas, conforme o caso, da seguinte forma:

R = [(TMMF x VpTMF) + (TMOC x VpTDC)]*FP

Em que:

R = royalties devidos em relação a cada trimestre do exercício social
TMMF = Tonelagem Medida de Minério de Ferro embarcada no Porto no respectivo trimestre
TMOC = Tonelagem Medida de Outras Cargas embarcadas no Porto no respectivo trimestre
VpTMF = Valor por Tonelada para Minério de Ferro
VpTDC = Valor por Tonelada para Demais Cargas
FP = Fator proporcional

Para cargas de minério de ferro: os *Royalties* relativos às cargas de minério de ferro embarcadas no Porto em um determinado trimestre serão calculados considerando o valor de US$5,00 por tonelada de minério de ferro ("Valor por Tonelada para Minério de Ferro"). Este valor será: (i) corrigido anualmente de acordo com a variação do US PPI calculado desde setembro de 2010; e (ii) convertido em reais com base na taxa de câmbio fechada no término do dia útil imediatamente anterior à data de seu efetivo pagamento.
Para as demais cargas: os *Royalties* relativos às demais cargas que não sejam minérios de ferro (excluindo cargas não secas, tais como atividades de abastecimento) movimentados no Terminal Portuário ("valor por tonelada para demais cargas") serão calculados com base na margem da carga. A "margem da carga" (a) significa a diferença entre o custo médio por tonelada (excluindo todos os itens não caixa) incorrido em relação aos serviços prestados pela Porto Sudeste

relacionados a carga aplicável e o valor médio por tonelada efetivamente cobrado pela Porto Sudeste pelos serviços prestados em relação a tal carga; e (b) deve ser limitado, em qualquer circunstância, a US$5,00 por tonelada embarcada. O valor limite ajustado de US$5,00 por tonelada para a margem da carga deve ser (i) corrigido anualmente de acordo com a variação do US PPI calculado desde setembro de 2010; e (ii) convertido em reais com base na taxa de câmbio fechada no término do dia útil imediatamente anterior à data de seu efetivo pagamento.

Durante os exercícios de 2013 a 2016, o compromisso de *Royalties* do Porto Sudeste, relativos ao minério de ferro, foi o mínimo entre o volume embarcado em cada período e o volume de *take-or-pay* indicados na tabela abaixo:

Milhões de Toneladas - *Take or Pay*	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**
TMMF	13,6	31,9	36,8	36,8

De 2017 em diante, o volume de minério de ferro gerador de *Royalties* (TMMF, na fórmula acima) deixou de estar sujeito a um *take-or-pay*, sendo, portanto, simplesmente o volume embarcado. Na tabela a seguir, é possível verificar a tonelagem realizada pelo Porto Sudeste, sendo o início das operações em 2016, após o comissionamento realizado em 2015:

Milhões de Toneladas – Embarcadas	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**	**2026 YTD**
TMMF	7,1	9,5	10,7	16,4	18,7	17,8	17,4	26,1	21,9	27,8	19,6
TMOC	-	-	-	-	-	-	0,1	-	-	-	-
Total	**7,1**	**9,5**	**10,7**	**16,4**	**18,7**	**17,8**	**17,5**	**26,1**	**21,9**	**27,8**	**19,6**

Como o volume embarcado de minério de ferro em 2016 foi menor do que o volume de *take-or-pay*, o compromisso de *royalties* está baseado neste segundo parâmetro.

Se, em um determinado trimestre civil, mediante o pagamento dos então correntes *Royalties*, o caixa livre detido pela Porto Sudeste for superior a US$10 milhões (“Reserva Mínima de Caixa”), a emissora deverá usar os valores que excederem a Reserva Mínima de Caixa (“Caixa Livre Disponível”) para pagar aos detentores dos títulos os *Royalties* efetivamente acumulados e não pagos até tal momento (“*Royalties* Acumulados”).

Não há qualquer obrigação da Porto Sudeste de pagar *Royalties*, exceto se houver Caixa Livre detido pela emissora no último dia de tal trimestre civil e até o limite de tal caixa disponível. “Caixa Livre” significa o valor correspondente aos valores disponíveis em caixa da Porto Sudeste menos a soma de (a) valores contribuídos pelos acionistas da Porto Sudeste por meio de aumento de capital ou empréstimo dos acionistas, na medida em que tais valores permaneçam como caixa disponível da Porto Sudeste, (b) conta reserva do serviço da dívida sênior do BNDES e da conta reserva do serviço da dívida sênior da CESCE, e (c) os valores de caixa provisionados pela Porto Sudeste em conjunto para IRPJ - Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e demais obrigações para as quais os

auditores independentes da Porto Sudeste exijam provisionamento.

A Porto Sudeste contabiliza os Títulos PORT11 no passivo, com base no valor presente do fluxo de caixa projetado do pagamento dos *royalties*.

A Porto Sudeste V.M., por sua vez, contabiliza seu direito de receber os *royalties* no ativo, correspondendo à sua parcela sobre o valor dos títulos PORT11, e o respectivo pagamento aos detentores do PSVM11 no passivo.

Neste trimestre não houve geração de caixa suficiente para pagamento dos Royalties aos detentores dos Títulos PORT11.

A mensuração desses títulos PORT11 é efetuada de acordo com o IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, com base no fluxo de caixa projetado dos desembolsos futuros relativos a estes títulos, descontando a taxa de custo do capital de 11,57% ao ano. Essas projeções baseiam-se no Plano de negócios da Porto Sudeste, que inclui premissas relacionadas ao crescimento das exportações de minério de ferro do quadrilátero de Minas Gerais, participação de mercado da Porto Sudeste, volumes de minério originados por minas pertencentes aos seus acionistas, operações com outros granéis sólidos e líquidos, expectativas de preços da *commodity*, entre outros.

	Controladora		**Consolidado**	
	30/09/2026	**31/12/2025**	**30/09/2026**	**31/12/2025**
Saldo Inicial (a)	**20.428.782**	22.485.186	**20.428.782**	22.485.186
Pagamentos (b)	**(25.274)**	(67.686)	**(25.274)**	(67.686)
Ajuste a valor presente (c)	**1.648.394**	2.268.811	**1.648.394**	2.268.811
Efeitos de inflação (d)	**58.551**	55.800	**58.551**	55.800
Revisão de premissas (e)	**(586.890)**	(1.856.187)	**(586.890)**	(1.856.187)
Efeito de conversão (f)	**(1.186.925)**	(2.457.182)	**(1.186.925)**	(2.457.182)
Amortização de custos de emissão	**4**	40	**4**	40
Total (g)	**20.336.642**	20.428.782	**20.336.642**	20.428.782
Circulante	**-**	18.516	**-**	18.516
Não circulante	**20.336.642**	20.410.266	**20.336.642**	20.410.266

(a) Saldo Inicial de *Royalties* de US$3.712.704 mil em 31 de dezembro de 2025, incluindo o efeito de custo de emissão, que convertidos para Reais totalizou R$ 20.428.782 mil;
(b) Neste trimestre não houve geração de caixa suficiente para pagamento dos *Royalties* aos detentores dos Títulos PORT11. O saldo apresentado nesta rubrica se refere ao pagamento de royalties acumulados de períodos anteriores;
(c) Atualização do saldo do PORT11 a valor presente, correspondente ao efeito do ajuste decorrente da antecipação de um período dos títulos para valor presente, no terceiro trimestre de 2026, no montante acumulado de US$ 320.730 mil que, convertido para reais, totalizou R$ 1.648.394 mil, reconhecido como despesa financeira no período;
(d) Atualização correspondente a ajustes de US PPI na projeção financeira (efeitos inflacionários) no montante de US$ 11.195 mil, que convertidos para Reais totalizou R$ 58.551 contabilizados como despesa no resultado financeiro;
(e) Atualização do valor presente do PORT11, decorrente da revisão das premissas operacionais utilizadas na projeção financeira da Companhia. Como resultado dessa revisão, foi reconhecida o montante de R$ 586.890 no resultado do período, registrada na rubrica de Outras Receitas (Despesas) Operacionais. Somado a outras receitas no montante de R$ 4.389 mil, o efeito total reconhecido nessa rubrica atingiu R$ 591.279 mil. O principal impacto da revisão das premissas decorre da redução do mix de volumes movimentados e dos preços de mercado projetados para 2026, quando comparados às estimativas originalmente consideradas. O

resultado reflete um ambiente de mercado mais desafiador, especialmente em relação ao frete e aos preços do minério de ferro.

(f) Efeito das variações cambiais resultantes da conversão da moeda funcional Dólar norte-americano para a moeda de apresentação Reais que em 31 de dezembro de 2025 era de R$5,5024 e 30 de setembro de 2026 era de R$5,1809 com uma desvalorização de 5,84%;

(g) Saldo final apurado em US$ 3.925.310, que convertidos para Reais totalizou R$ 20.336.642.

Custos de transação

Os custos de emissão dos títulos, no montante total de R$ 13.910 mil em 30 de setembro de 2026 (comparado a R$ 14.778 mil em 31 de dezembro de 2025), referentes a honorários legais externos e consultorias, foram lançados como redutores do passivo.

16. Impostos e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	**31/12/2025**	**30/09/2026**	**31/12/2025**
ISS	**6.505**	9.989	**7.361**	11.925
INSS terceiros	**906**	814	**906**	814
ICMS	**2.359**	2.798	**2.359**	2.798
IRRF	**1.007**	1.857	**1.007**	1.860
PIS e COFINS	**27.801**	15.146	**27.833**	15.269
Outros	**-**	269	**-**	1.774
	38.578	30.873	**39.466**	34.440
Circulante	**20.620**	17.496	**21.508**	21.063
Não circulante	**17.958**	13.377	**17.958**	13.377

17. Partes relacionadas

Os ativos, passivos, receitas e despesas com partes relacionadas são resumidos como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	**31/12/2025**	**30/09/2026**	**31/12/2025**
Ativos				
Circulante				
Mineração Morro do Ipê (a)	**12.013**	-	**205.050**	149.281
Trafigura PTE (b)	**-**	-	**198.341**	370.537
	12.013	-	**403.391**	519.818
Não Circulante				
Mineração Morro do Ipê (a)	**877.071**	864.401	**877.071**	864.401
	877.071	864.401	**877.071**	864.401
	889.084	864.401	**1.280.462**	1.384.219
Passivos				
Circulante				
Porto Sudeste Exportação (a)	**327.155**	127.239	**-**	-
Trafigura PTE (c)	**-**	1.867	**-**	-
	327.155	129.106	**-**	-

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	**30/09/2025**	**30/09/2026**	**30/09/2025**
Receitas				
Trafigura PTE (b)	**-**	-	**3.164.662**	4.723.246
Mineração Morro do Ipê (a)	**192.290**	228.180	**192.290**	266.099
Porto Sudeste Exportação (a)	**88.699**	651.282	**-**	-
	280.989	879.462	**3.356.952**	4.989.345
Despesas				
Trafigura PTE (c)	**-**	-	**27.478**	13.688
	-	-	**27.478**	13.688

(a) Na controladora os saldos se refere a contratos de prestação de serviços portuários. No consolidado existe também o pagamento antecipado efetuado pela subsidiária Porto Sudeste Exportação à Mineração Morro do Ipê ("MMI"), referente à aquisição de minério de ferro a ser posteriormente exportado, após a mistura com minérios provenientes de outras mineradoras.

(b) Refere-se ao saldo de contas a receber da Trafigura Pte., originado das vendas de minério de ferro realizadas pela Porto Sudeste Exportação. Conforme previsto em contrato comercial vigente desde 2023, a totalidade das vendas da Companhia é direcionada à Trafigura Pte., resultando nos valores registrados a receber na data-base das informações trimestrais

(c) Conforme previsto no contrato de venda firmado com a Trafigura, a Porto Sudeste Exportação está sujeita a penalidades de sobreestadia (*demurrage*) decorrentes de atrasos nos embarques. Essas penalidades são formalizadas por meio de notas de débito, cuja apuração e liquidação estão sujeitas à concordância entre as partes. Adicionalmente, em 2025, havia um saldo a pagar pela PSB à Trafigura referente a serviços de tecnologia da informação prestados até 2023. Esse passivo foi integralmente liquidado em 2026.

Valores a receber da Mineração Morro do Ipê ("MMI")

Os valores a receber da MMI referem-se à prestação de serviços portuários realizados pelo Porto Sudeste e encontram-se com aproximadamente dois anos de atraso, em função das restrições de caixa decorrentes do atraso do *ramp-up* da nova usina Tico-Tico. A nova usina de Tico-Tico é dedicada à produção de minério de ferro de alto teor destinado integralmente à exportação via Porto Sudeste. Os juros incidentes estão sendo calculados conforme previsto no contrato vigente de serviços portuários, com taxa média de 13% a.a. em 2025.

A conclusão da fase de *ramp-up* foi revisada e está prevista para 2028. Os saldos em aberto terão o início da sua liquidação a partir de 2031. Adicionalmente, a partir de primeiro de janeiro de 2026 foi obtida anuência para aditamento no contrato de prestação de serviços portuários entre a MMI e PSB modificando a tarifa portuária e alterando a taxa de juros, de forma prospectiva, sobre o saldo em atraso em 31 de dezembro de 2025, eliminando o spread de 10% a.a. então incidente sobre a SOFR.

Adicionalmente, conforme previsto no plano de negócios revisado e aprovado pelos acionistas, a MMI contará com suporte financeiro dos acionistas para investimentos em CAPEX e outras obrigações de curto prazo. A previsão conjunta entre as partes é de que a liquidação total dos valores ocorra em um prazo de cinco anos, com possibilidade de antecipação caso a geração de caixa operacional da MMI seja mais favorável do que o atual.

O incremento do saldo no consolidado refere-se a pré-pagamento efetuado pela subsidiária Porto Sudeste Exportação à MMI para compra de minério de ferro. Esses valores são renovados à medida que as entregas e exportações avançam mensalmente.

Cronograma de pagamentos

	30/09/2026
Até 1 ano	**12.013**
Em 5 anos	**180.798**
Acima de 5 anos	**696.273**
	889.084

Cessão e assunção de dívida

Conforme descrito na Nota 14, o Itaú Unibanco S/A - Nassau Branch cedeu todos os seus direitos e obrigações decorrentes de contrato de empréstimo para a PAV LUX S.À.R.L., empresa do grupo Mubadala, controlador em conjunto da Companhia. Dessa forma, a PAV LUX S.À.R.L. passou a deter 46,41% do valor total deste contrato, ou seja, US$ 418.887 equivalentes a R$ 2.170.213 em 30 de setembro de 2026.

18. Imposto de renda e contribuição social

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos foram calculados à alíquota de 34%. A legislação fiscal brasileira permite que prejuízos fiscais sejam compensados com lucros tributáveis futuros por prazo indefinido, no entanto, esta compensação é limitada a 30% do lucro tributável de cada período de apuração.

A tabela abaixo demonstra os créditos fiscais diferidos, líquidos, da Companhia, não registrados, entretanto, contabilmente, considerando que o Porto ainda se encontra sem expectativa de geração de lucros tributáveis no curto prazo.

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	**31/12/2025**	**30/09/2026**	**31/12/2025**
Impostos diferidos ativos (passivos)				
Prejuízos fiscais	**2.006.418**	1.838.849	**2.059.751**	1.891.829
Base negativa de contribuição social	**722.311**	661.986	**741.510**	681.059
Amortização da licença	**193.718**	175.323	**193.718**	175.323
Atualização dos *royalties*	**635.776**	482.978	**635.776**	482.978
Efeito no imobilizado e intangível oriundo da mudança de moeda funcional (a)	**(1.347.372)**	(1.804.297)	**(1.410.629)**	(1.804.296)
Variação cambial sobre os *royalties* e empréstimos (b)	**1.180.539**	1.689.710	**1.169.108**	1.681.554
Outros	**20.520**	19.747	**24.300**	22.149
Total de créditos fiscais diferidos (não registrados contabilmente)	**3.411.910**	3.064.296	**3.413.534**	3.130.596

(a) Considerando que a moeda funcional da Companhia é o Dólar e, ainda, a desvalorização do Dólar comparada ao Real em 2026, a base fiscal do imobilizado e intangível ficou significativamente inferior à respectiva base contábil, gerando, portanto, um passivo fiscal diferido.

(b) Embora a moeda funcional da Companhia seja o Dólar, para fins fiscais, a Companhia reconhece a variação cambial correspondente, cuja receita será tributada, ou despesa dedutível, quando da liquidação da obrigação.

b) Conciliação da despesa calculada pelas alíquotas fiscais e valores no resultado do período

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	**30/09/2025**	**30/09/2026**	**30/09/2025**
Imposto de renda e contribuição social correntes	**-**	-	**-**	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**109.310**	1.352.570	**110.728**	1.324.322
	109.310	1.352.570	**110.728**	1.324.322
Reconciliação:				
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	**(1.468.589)**	(509.460)	**(1.468.589)**	(509.460)
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	**(499.320)**	(173.217)	**(499.320)**	(173.217)
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva				
Equivalência patrimonial	**(1.418)**	28.248	**-**	-
Juros *Thin Cap*	**72.148**	64.503	**72.148**	64.503
Ajustes de conversão do balanço em moeda funcional	**537.915**	1.432.945	**537.915**	1.432.945
Outros	**(15)**	91	**(15)**	91
Impostos diferidos não registrados do período (a)	**109.310**	1.352.570	**110.728**	1.324.322

(a) A Companhia e suas subsidiárias apuraram no período R$ 110.728 de impostos diferidos não registrados contabilmente.

19. Provisão para contingências

A Companhia e suas controladas em 30 de setembro de 2026, possuem as seguintes contingências avaliadas pelos assessores jurídicos como perdas prováveis, as quais foram provisionadas:

	Consolidado	
	30/09/2026	**31/12/2025**
Contingências tributárias	**686**	6.712
Contingências trabalhistas	**1.246**	2.089
Contingências cíveis	**235**	-
Total	**2.167**	8.801

a) Tributárias

Em 20 de fevereiro de 2026, foi definitivamente arquivado um processo judicial envolvendo a Companhia, encerrando a discussão relativa ao objeto da demanda, cujo montante era de R$ 6.804 milhões. Em relação aos honorários sucumbenciais, no montante de R$ 686 mil, a respectiva obrigação permanece reconhecida nas demonstrações financeiras, considerando a possibilidade de sua execução dentro do prazo prescricional de cinco anos, com término previsto para novembro de 2030. Assim, o reconhecimento dessa obrigação será mantido até sua efetiva extinção, seja pelo pagamento, pela execução judicial ou pelo decurso do prazo prescricional.

b) Trabalhistas

Provisões referentes a ações judiciais e autos de infração trabalhistas movidos por ex-empregados próprios e funcionários de empresas terceirizadas prestadoras de serviço, que pleiteiam o pagamento de verbas trabalhistas e previdenciárias diversas, relativas ao período de 2015 a 2026, no montante atualizado de R$ 1.246 mil.

c) Cíveis

Provisão referente a um procedimento decorrente de uma controvérsia contratual constituída no montante de R$ 186 mil.

Provisão referente a ação de constituição de servidão minerária ajuizada pela Pedreira Sepetiba. A demanda foi extinta por perda superveniente do objeto, em razão da suspensão das atividades da empresa, permanecendo apenas a condenação ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios com provisão constituída no montante de R$ 49 mil.

Causas possíveis

Há 108 ações ativas indenizatórias movidas contra a Porto Sudeste e outras quatro empresas que atuam na região por grupos de pescadores residentes na área da Baía de Sepetiba, pleiteando supostos danos ambientais, em razão das fiscalizações realizadas pela Secretaria de Meio Ambiente da Prefeitura de Itaguaí no início do ano de 2021. Os processos foram distribuídos inicialmente para a 1ª e 2ª Varas Cíveis da Comarca de Itaguaí e para o 4º Núcleo de Justiça Digital - Ambiental. Em resumo, os autores alegam que as atividades desenvolvidas pelas rés teriam causado danos ao meio ambiente, em especial à qualidade da água na Baía de Sepetiba, o que prejudicaria as atividades de pesca desempenhada por eles. Cada pescador requer danos materiais e danos morais, além de outros pedidos ilíquidos, tais como medidas de assistência comunitária e apoio à pesca. Em caso de decisão favorável aos autores, a responsabilidade ambiental é objetiva e solidária entre todos os réus. O valor total das ações ativas é de R$ 99 milhões, considerando ações com 1 a 25 autores, sendo de aproximadamente R$ 25 milhões o valor equivalente a Porto Sudeste, caso seja proferida sentença condenando todos os réus aos pedidos formulados pelos autores na mesma proporção, o que não é garantido em razão da responsabilidade objetiva e solidária explicada acima. Até o presente momento, dentre os processos que foram, de fato, apreciados pelos juízos competentes, foram proferidas 196 sentenças, dentro as quais 24 foram proferidas sem resolução de mérito. As 172 sentenças de mérito reconheceram em sua totalidade a improcedência dos pedidos formulados e o juiz concluiu pelo reconhecimento da ausência de comprovação de degradação ambiental ou de prejuízos à atividade pesqueira causados pelas rés. Também foram destacados pontos como a ausência comprovação da condição de pescador por parte dos autores, bem como a inexistência de comprovação de danos às atividades de pesca. Ainda, foi confirmado que existem pareceres técnicos do INEA juntados aos autos, os quais atestam a regularidade ambiental das atividades das rés, a existência de licenciamento ambiental vigente e a ausência de constatação de danos ambientais relevantes ou de influência negativa capazes

de afetar a qualidade da água da Baía de Sepetiba. Atualmente, os autores vêm interpondo recursos contra as sentenças favoráveis à PSB. Até o presente momento, já foram proferidas 95 decisões favoráveis à companhia em segunda instância. Dentre essas 95 decisões, 92 já transitaram em julgado, tornando-se irrecorríveis. Ademais, foram proferidas 8 decisões nas quais o TJRJ determinou o retorno dos autos à 1ª instância para a realização de perícia ambiental, contra as quais a PSB está interpondo os recursos cabíveis. Em junho de 2026, foi proferida decisão favorável à PSB em ação que reunia 804 autores (Consolidada Silva Brandão), cujo valor envolvido totalizava aproximadamente R$ 144 milhões. A sentença favorável transitou em julgado e a demanda foi extinta com resolução de mérito, restando pendente apenas o seu arquivamento formal. O risco das demais ações ainda é classificado como “possível” pelos advogados externos, em razão do número de recursos ainda pendentes de julgamento em segunda instância.

Adicionalmente, há a Ação Civil Pública ajuizada em maio de 2024 em face da Porto Sudeste e outras quatro empresas da região pela Colônia de Pescadores Z-14. Assim como nas ações indenizatórias individuais movidas por pescadores, a associação autora pleiteia indenização por supostos danos ambientais constatados em fiscalizações realizadas pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Itaguaí no início de 2021. Os pedidos compreendem indenização por danos materiais de R$ 38 mil, danos morais de R$ 20 mil e danos existenciais de R$ 20 mil para cada pescador associado, estimado em aproximadamente 500 pescadores, o que representa valor envolvido potencial de cerca de R$ 40 milhões. Considerando a existência de cinco rés na demanda, a parcela atribuível à PSB, em uma hipótese meramente estimativa de divisão igualitária da condenação, sem prejuízo da natureza solidária da responsabilidade pleiteada, corresponderia a aproximadamente R$ 8 milhões. Em 30 de julho de 2026, proferiu sentença extinguindo o processo sem a resolução do mérito em razão do abandono da causa pela Associação de Pescadores Z-14. A Associação em questão não interpôs recurso contra a decisão, razão pela qual está transitou em julgado em relação à referida entidade. No entanto, a decisão ainda está sujeita à interposição de recurso pelo Ministério Público. Mesmo na hipótese de não haver recurso por parte do Ministério Público, o magistrado de primeira instância poderá encaminhar o processo ao Tribunal de Justiça para reexame necessário. Não obstante, considerando a ausência de decisão definitiva, o caso permanece classificado como de perda possível pelos assessores jurídicos da Companhia.

Há ainda um Auto de Infração e Imposição de Multa referentes à lançamentos de ofício, lavrados em 03 de janeiro de 2023, por meio do Auditor Fiscal da Secretaria da Receita Federal do Brasil, o qual exige no âmbito do respectivo Procedimento Fiscal, o pagamento de Imposto de Renda Pessoa Jurídica, no montante de R$ 7,8 milhões, e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”), no montante de R$ 2,8 milhões, totalizando, em valores atualizados, aproximadamente R$ 14 milhões. As autuações estão relacionadas a supostas (i) omissões de receita decorrente de cancelamentos não comprovado de Notas Fiscais de vendas; e (ii) omissões de receita. Após a apresentação da impugnação administrativa, foi proferido acórdão que julgou parcialmente procedente para a Companhia. Atualmente, aguarda-se a decisão do CARF em relação ao recurso voluntário interposto sobre o tema. O

processo se encontra em análise pela contraparte e foi classificado pelos nossos advogados como “possível”.

Há também um procedimento arbitral instaurado em março de 2024 pela empresa Engeko contra a Companhia referente à realização de obras civis e drenagem de pátios. No curso da execução do contrato teriam surgido “diversas questões supervenientes” que supostamente teriam onerado a Engeko. O procedimento está em fase decisória e o valor envolvido é de aproximadamente R$ 10 milhões que foi classificado como “possível”.

20. Depósitos judiciais

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	**31/12/2025**	**30/09/2026**	**31/12/2025**
Tributários (a)	**128.035**	118.065	**128.035**	118.065
Principal	**94.603**	88.409	**94.603**	88.409
Juros	**33.432**	29.656	**33.432**	29.656
Cíveis	**-**	-	**-**	773
Principal		-		427
Juros		-		346
Trabalhistas	**292**	243	**292**	243
Principal	**262**	220	**262**	220
Juros	**30**	23	**30**	23
	128.327	118.308	**128.327**	119.081

(a) Depósito em juízo mensal relativos à incidência do ICMS sobre as tarifas energéticas TUSD (Tarifa de uso do sistema de distribuição de energia elétrica e TUST (Tarifa de uso do sistema de transmissão de energia elétrica), pois, a Companhia com o auxílio dos assessores externos entende que esta tributação não é devida. Estes depósitos montam em aproximadamente R$ 61 milhões, além de haver Depósito judicial com o objetivo de discutir a não inclusão do ISS na base de cálculo do PIS e da COFINS, assim como a ilegalidade dos pagamentos efetuados. A companhia realiza depósitos mensais conforme apuração para manter os valores resguardados, nos termos do art. 151, II, do CTN. Estes depósitos montam em R$ 64 milhões.

21. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social da Porto Sudeste tem a seguinte composição em 30 de setembro de 2026:

Quotistas	Quantidade de ações	R$	%
PSA Fundo de Investimentos e Participações (a)	1.109.865.216	3.146.070	99,92
Gaboard Participações Ltda.	876.275	2.520	0,08
Total	1.110.741.491	3.148.590	100

(a) Em cumprimento ao Alvará de Autorização expedido nos autos do processo judicial nº 0405866-57.2016.8.19.00011 em trâmite na 4ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, a Companhia registrou no dia 25 de junho de 2026

a transferência de 6.336.766 ações ordinárias emitidas pela Companhia e de titularidade da Porto Sudeste Participações S.A. (uma holding pertencente ao grupo MMX) para o Planck Fundo de Investimento em Participações Infraestrutura ("Planck FIP"), Responsabilidade Limitada. Em 27 de agosto de 2026, a Planck FIP procedeu à transferência das 6.336.766 (seis milhões, trezentas e trinta e seis mil, setecentas e sessenta e seis) ações de emissão de sua titularidade para a PSA Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Responsabilidade Limitada, deixando o Planck FIP de ser acionista da Companhia.

b) Ajustes acumulados de conversão

Representados pelo registro contábil das variações cambiais resultantes da conversão de ativos, passivos e resultado da moeda funcional Dólar norte-americano para a moeda de apresentação Reais em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 02.

22. Receita líquida de bens e serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	**30/09/2025**	**30/09/2026**	**30/09/2025**
Receita bruta prestação de serviço (a)	**860.422**	1.502.104	**771.723**	742.591
Receita bruta venda de minério (b)	**-**	-	**3.164.662**	4.723.246
Receita bruta venda de brita	**-**	-	**-**	90
	860.422	1.502.104	**3.936.385**	5.465.927
(-) Deduções sobre vendas				
ISS	**(43.317)**	(77.615)	**(43.317)**	(77.615)
PIS	**(13.198)**	(24.251)	**(13.198)**	(24.251)
ICMS	**(3)**	(92)	**(3)**	(112)
COFINS	**(60.793)**	(111.701)	**(60.793)**	(111.704)
Receita líquida	**743.111**	1.288.445	**3.819.074**	5.252.245

Visão geral das transações entre a PSB e a PSE:
A PSB detém o controle integral da PSE, empresa responsável pelas operações de exportação de minério de ferro. A tarifa portuária cobrada pela PSE é determinada com base na diferença entre o preço de exportação da carga e os demais custos incorridos para viabilizar o embarque do minério, incluindo custos operacionais, logísticos e tributários.

Efeito da recuperação de tributos no primeiro trimestre de 2025:
(a) No período de outubro de 2019 a setembro de 2024 (do quarto trimestre de 2019 ao segundo trimestre de 2024), a PSE incorreu em custos tributários relacionados às tarifas portuárias, os quais foram objeto de recuperação de tributos concluída em janeiro de 2025. O montante total recuperado, de aproximadamente R$ 243 milhões, inicialmente reconhecido como outras receitas, foi integralmente convertido em tarifas portuárias da PSE para a Companhia.
Em decorrência dessa recuperação, a Companhia reconheceu, em fevereiro de 2025, receita de tarifas portuárias no mesmo montante, correspondente ao valor retroativo das tarifas anteriormente pagas pela PSE. Considerando que se trata de transação entre partes relacionadas, eliminada no processo de consolidação, não houve impacto material nos resultados consolidados da Companhia. Ainda a PSB vem ampliando a prestação de serviços portuários diretamente às mineradoras com as quais mantém contratos de longo prazo.

(b) As receitas da PSE (atividade de comercialização) apresentaram redução nesse período de 2026 se comparado ao mesmo período de 2025, em função do menor volume movimentado, impactado pelas fortes chuvas ocorridas, bem como pela redução dos preços de mercado, especialmente influenciados pelo aumento das tarifas de frete marítimo.

23. Custo dos produtos vendidos e serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	**30/09/2025**	**30/09/2026**	**30/09/2025**
Custo dos produtos vendidos (*)	**-**	-	**(3.000.477)**	(4.245.728)
Custos com materiais	**(64.709)**	(58.490)	**(64.709)**	(58.661)
Provisão perda de estoque	**-**	-	**2.417**	(7.227)
Utilidades	**(29.589)**	(25.137)	**(29.589)**	(25.137)
Depreciação e amortização	**(321.559)**	(379.293)	**(321.562)**	(379.298)
Aluguel de equipamentos	**(4.601)**	(7.465)	**(4.601)**	(7.465)
IPTU e Seguros	**(14.946)**	(18.041)	**(14.946)**	(18.041)
Serviços com terceiros	**(125.282)**	(125.289)	**(125.381)**	(125.455)
Provisão de férias e décimo terceiro salário	**(7.584)**	(6.012)	**(7.584)**	(6.012)
Salários	**(97.904)**	(81.517)	**(97.924)**	(81.517)
Demurrage	**-**	-	**(27.478)**	(13.688)
Outros	**(11.322)**	(9.163)	**(12.134)**	(10.173)
	(677.496)	(710.407)	**(3.703.968)**	(4.978.402)

(*) Refere-se substancialmente à aquisição de minério de ferro destinado à revenda, acrescida dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição, incluindo o frete ferroviário. A redução apresentada em 2026 está relacionada, principalmente, ao menor volume de minério de ferro adquirido no período, em decorrência de fatores operacionais associados às fortes chuvas e do cenário de mercado, caracterizado por menores preços do minério de ferro e maiores custos de frete marítimo.

24. Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	**30/09/2025**	**30/09/2026**	**30/09/2025**
Serviços com terceiros	**(24.998)**	(27.385)	**(25.628)**	(28.044)
Salários	**(36.171)**	(37.992)	**(36.180)**	(38.020)
Provisão de férias e décimo terceiro salário	**(2.663)**	(2.569)	**(2.663)**	(2.569)
Manutenção e conservação	**(5.506)**	(3.654)	**(5.506)**	(3.654)
Depreciação e amortização	**(1.054)**	(1.107)	**(1.054)**	(1.107)
IPTU e Seguros	**(1.859)**	(1.943)	**(2.071)**	(2.098)
Outros	**(3.515)**	(2.161)	**(3.786)**	(2.394)
	(75.766)	(76.811)	**(76.888)**	(77.886)

25. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	**30/09/2025**	**30/09/2026**	**30/09/2025**
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos	**(328.505)**	(300.819)	**(393.265)**	(379.813)
Juros sobre cliente partes relacionadas (a)	**-**	-	**(7.107)**	(4.973)
Despesas sobre operações financeiras	**(7.360)**	(10.059)	**(8.741)**	(10.592)
Ajuste a valor presente sobre *royalties* (b)	**(1.648.394)**	(1.687.786)	**(1.648.394)**	(1.687.786)
Efeitos inflacionários sobre royalties	**(58.551)**	(55.800)	**(58.551)**	(55.800)
Comissão de Fiança	**(14.880)**	(16.743)	**(14.880)**	(16.743)
Variação cambial (c)	**(80.919)**	(144.490)	**(107.304)**	(478.635)
Custo de Transação	**(6.042)**	(6.252)	**(6.042)**	(6.252)
Outros	**(2.740)**	(4.254)	**(3.380)**	(4.986)
	(2.147.391)	(2.226.203)	**(2.247.664)**	(2.645.580)
Receitas financeiras				
Juros sobre cliente partes relacionadas	**24.120**	60.462	**24.120**	60.462
Atualização depósito vinculado	**11.529**	14.401	**11.529**	14.401
Atualização depósito judicial	**3.808**	4.178	**3.517**	4.250
Rendimento de aplicações financeiras	**649**	931	**10.351**	11.801
Variação cambial (c)	**45.860**	24.673	**95.195**	367.273
Outros	**4.704**	595	**4.866**	3.923
	90.670	105.240	**149.578**	462.110
Resultado financeiro líquido	**(2.056.721)**	(2.120.963)	**(2.098.086)**	(2.183.470)

(a) Juros de pagamentos antecipados da Trafigura para a PSE pela aquisição de minério de ferro. A PSE pode financiar essas transações comerciais por meio dos pagamentos antecipados da Trafigura (comprador único) similar às linhas de crédito para capital de giro junto a bancos comerciais (linhas ACC).

(b) Efeito da atualização do valor presente do PORT11, decorrente do avanço de um período na projeção financeira utilizada para mensuração da obrigação. Esse ajuste reflete a redução do prazo para liquidação dos fluxos de caixa projetados, sendo reconhecido conforme a metodologia de cálculo do valor presente adotada pela Companhia.

(c) Efeito da variação cambial no resultado refere-se à dívida denominada em reais brasileiros, considerando que a moeda funcional da Companhia foi alterada para o dólar americano em janeiro de 2016.

Conselho de Administração

Oscar Pekka Fahlgren - Presidente
William Kenneth Loughnan - Vice-Presidente
Jesus Fernandez López - Conselheiro
Kelly Michele Thomson - Conselheira
Matthew James Hadfield - Conselheiro
Leonardo Righi de Barros Cunha - Conselheiro

Diretoria

Jayme Nicolato - Diretor-Presidente
Guilherme Caiado - Diretor de Operações
Thiago Roldão - Diretor Financeiro

Flávio Ary de Oliveira Silveira
Contador
CRC-MG 095.168/O-9